

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ROSANA DE OLIVEIRA PIRES

**CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO AO TRABALHO
ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA MARANHENSE**

‘TRABALHO CERTO: MESMO NA PRECISÃO, NÃO CAIA NA ESCRAVIDÃO’

São Luís – MA

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIBIC/UFMA**

ROSANA DE OLIVEIRA PIRES

Projeto experimental para obtenção
de grau em bacharel em
Comunicação Social - Habilitação
Rádio e TV sob orientação da Profa.
Dra. Flávia de Almeida Moura

São Luís – Maranhão

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

DE OLIVEIRA PIRES, ROSANA.
CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO AO TRABALHO
ESCRAVO CONTEMPORANEO NA BAIXADA MARANHENSE : TRABALHO
CERTO: MESMO NA PRECISÃO, NÃO CAIA NA ESCRAVIDÃO / ROSANA
DE OLIVEIRA PIRES. - 2021.
66 p.

Orientador(a): FLAVIA DE ALMEIDA MOURA.
Monografia (Graduação) - Curso de Comunicacao Social -
Rádio e Tv, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2021.

1. BAIXADA MARANHENSE. 2. CAMPANHA E SENSIBILIZAÇÃO.
3. RADIO. 4. TRASBALHO ESCRAVO CONTEMPORANEO. I. DE
ALMEIDA MOURA, FLAVIA. II. Título.

**CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO AO TRABALHO
ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA MARANHENSE**

‘TRABALHO CERTO: MESMO NA PRECISÃO, NÃO CAIA NA ESCRAVIDÃO’

Projeto experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Rádio e TV.

Aprovado em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Flávia de Almeida Moura (Orientadora)

Examinador 01

Prof. Dr. Ed Wilson Ferreira Araújo

Examinador 02

Prof. Dr. Francisco Gonçalves da Conceição

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu criador, dono de tudo e de todos, à minha mãe, pessoa incansável e dedicada nos meus estudos, amiga e companheira de todas as horas, a meu pai (*in memoriam*), cuja dor da saudade me consome todas as horas, as minhas amadas filhas Bianca e Renata, pela compreensão e ajuda nas horas de desespero, e pelo carinho e abraços dados no conforto do meu trabalho, a meu marido Benedito, pela força e compreensão, aos meus amigos do BASA, onde fui estagiária nos anos 1980, que muito me incentivaram a estudar, em especial a Tamara da Mata, Ana Célia, Emília, Aparecida, Alba, Murilo, Rafael, e tantos outros que fizeram parte dessa trajetória de vida, aos meus amigos e vizinhos, que me ajudaram dando palavras de força, a minha amiga Kassia Danielle que todos os dias me dava diga em sua fantástica psicologia, aos meus colegas de trabalho da Semus, na pessoa de Esmeralda, que sempre procurou saber de mim, Eliene, pessoa carinhosa, D. Zilda, sempre presente, Adriana, Louro, Ana Paula, Lucineide, que muito me ajudou com seu esposo Salazar, Virgínia, Wanda (*in memoriam*), Rose e tantos outros que fazem parte dessa história, em especial ao setor de Comunicação, onde sempre fui muito querida, por Thiago Bastos e Luiza Lina, pessoa incansável na ajuda na formatação deste trabalho, aos estagiários, Alessandro, Hilane, Monique, Kilma, que sempre me deram força, aos meus colegas de sala durante todo o meu processo de conhecimento da UFMA, a Larissa Pontes, que muito me ajudou no processo desse trabalho, a Maria de Jesus Nascimento, pessoa admirável e amiga ao longo da jornada, a todos com quem formei laços de amizade, Evandro Azevedo, Guilherme Lima, Thagira, Aline Abas, Jardélia, todos da Secom/UFMA, onde aprendi muito com Sansão Hortegal, Luciano, e meu querido Fernando oliveira todos da Rádio Web e todos da equipe, e tantos outros, a meus mestres queridos ao longo de minha formação, em especial à professora Ester Marques, que sempre me incentivou nos estudos e me levou para o conhecimento de pesquisa de campo. A ela devo o gosto e admiração pelo trabalho que fizemos. À professora Rose Ferreira, pelas orientações ao longo desse processo e a todos os demais mestres.

À Célia Sampaio, pela valiosa ajuda com o notebook, às minhas comadres Núbia Araújo e seus familiares, aos quais tenho muito carinho e a Valdener Lindoso, pelas palavras de incentivo, à minha querida tia e madrinha Agda, pessoa incondicional, a

minhas vizinhas e amigas Léa Gonçalves e Maria Pires, a Dra. Terezinha Abreu e seu esposo José Nunes, pelo cuidado comigo e laço de amizade para vida toda. Minha gratidão eterna a todos os colegas do grupo de pesquisa, que muito me ajudaram nessa jornada, Maria Eduarda, pessoa incansável e presente nas horas de socorro, Rafael Melo, pela parceria nos artigos e cuidado comigo, aos meus queridos Osmilde Miranda e Beth, pelo carinho, a Joyce e Jeyse e Denise, guerreira na busca dos sonhos, Darlene, Thiago, Edvaldo, ao nosso amigo Augusto (que nos deixou tão precocemente, *in memoriam*), ao nosso amado Zinho, pessoa admirável que muito me ajudou no processo do trabalho, José do Nascimento, Wanderson, Juliene, Thyago, Sâmia Martins, Kaio Lima, Adriana e nosso mais novo amigo Cristian Santos, parceria muito boa na elaboração da marca da campanha, feita com muito louvor. E muitos outros que por aqui passaram ao longo dessa jornada. A todos os professores e autores que contribuíram para o processo dessa caminhada, em especial aos movimentos sociais (CPT e MICQB). Ao Laboratório de Rádio da UFMA, na pessoa de Saylor Silva, que nos ajudou incondicionalmente na gravação e edição dos produtos da campanha.

Meu reconhecimento e agradecimento à minha amada professora e orientadora Flávia de Almeida Moura, que aprendi a admirar mesmo sem conhecer pelo enorme respeito pelo trabalho que desenvolve em suas pesquisas das quais fui convidada a fazer parte, contribuindo para o meu crescimento na academia, sobre trabalho análogo à escravidão, e todo apreço pelos menos favorecidos, nas histórias de vida de cada um, na busca por reconhecimento da pessoa humana, incansável na ajuda ao desenvolvimento e orientação dessa peça prática e com toda paciência que a mim dedicou. Aos professores da banca examinadora, por terem aceitado ao convite, os professores Dr. Ed Wilson Araújo e Francisco Gonçalves, dos quais sou admiradora.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo conscientizar, por intermédio das mídias principalmente radiofônica, a população dos municípios de Pinheiro, Penalva, Santa Helena e Viana acerca da prevenção e combate ao trabalho escravo contemporâneo na Baixada Maranhense. O estudo foi realizado a partir de mapeamento de projetos desenvolvidos pelos movimentos sociais, principalmente a partir das experiências da CPT (Comissão Pastoral da Terra), do CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia, e do Programa Escravo Nem pensar!, da ONG Repórter Brasil. A Campanha de Sensibilização e Prevenção ao Trabalho Escravo Contemporâneo na Baixada Maranhense faz parte do projeto de pesquisa “Comunicação, Migração e Trabalho Escravo Contemporâneo: trajetórias de trabalhadores(as) rurais da baixada Maranhense” e foi desenvolvida de forma conjunta com outros pesquisadores do GETECOM (Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo e Comunicação). O estudo sobre linguagem e públicos foi fundamental para a construção das peças práticas (*spots* e *podcasts*) que serão distribuídos para rádios comerciais, comunitárias e rádios web da região com o intuito de alertar trabalhadores e trabalhadoras sobre as formas de aliciamento para o trabalho escravo contemporâneo.

Palavras-chave: Campanha de sensibilização, rádio, trabalho escravo contemporâneo, Baixada Maranhense.

ABSTRACT

This work was aimed at raising awareness, through mainly radio media, among the population of the two municipalities of Pinheiro, Penalva, Santa Helena and Viana about the prevention and combat of contemporary scramble work in Baixada Maranhense. The study was carried out from the mapping of projects developed by social movements, mainly from the experiences of CPT (Comissão Pastoral da Terra), CDVDH / CB (Center for the Defense of Life and two Human Rights Carmen Bascarán), from Açailândia, e do Escravo Nem Think! Program, by NGO Repórter Brasil. A Campaign for Awareness and Prevention of Contemporary Escravo Labor in Baixada Maranhense face part of the research project "Communication, Migration and Contemporary Escravo Labor: workers' outfits (as) rurais da baixada Maranhense do OUR joint development foi (Research Group Escravo Work and Communication). The study on public language was fundamental for the construction of practical peças (spots and podcasts) that will be distributed to commercial, community and web radio stations of the region as an aim to alert workers and workers about the forms of food for or contemporary escravo work.

Keywords: Awareness campaign, radio, contemporary writing, Baixada Maranhense.

LISTA DE SIGLAS

ARCA FM- Associação Rádio Comunitárias de Açailândia

CONATRAE - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CDVDH/CB – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia

Carmen Bascáran

MHuD - Movimento Humanos Direitos

MT- Ministério do Trabalho

MPT - Ministério Público do Trabalho

ENP!- Escravo, Nem Pensar!

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG - Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

RB - Repórter Brasil

REMIR Trabalho - Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista

TE - Trabalho Escravo

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. O trabalho escravo contemporâneo e as principais campanhas de sensibilização	14
2.1 A CPT e a campanha “De olho aberto para não virar escravo”	16
3. Caracterização da Baixada Maranhense e o trabalho contemporâneo	27
4. Planejamento estratégico da Campanha de Sensibilização e Combate ao Trabalho Escravo na Baixada Maranhense: “Trabalho certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão!”	35
4.1 Comissão Pastoral da Terra (CPT)	35
4.2 Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB)	40
4.3 ARCA FM	45
4.4 Escravo, Nem Pensar! (ENP!)	50
4.5 Movimentos Humanos Direitos (MHuD)	53
4.6 Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR Trabalho)	57
4.7 Perfil dos Públicos	58
4.8 Breve mapeamento de emissoras de rádio na Baixada Maranhense (Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Viana)	62
4.9 Produção da Campanha: <i>spots</i> e <i>podcasts</i> , concepção do <i>slogan</i> , <i>marca</i> e <i>distribuição do material</i>	62
5. Considerações Finais	66
6. Referências	69
7. Apêndices	70

1. Introdução

O presente trabalho faz parte das atividades desenvolvidas junto ao projeto de pesquisa ‘Comunicação, Migração e Trabalho Escravo Contemporâneo: trajetórias de trabalhadores (as) rurais da Baixada Maranhense’, financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico no Maranhão) e coordenado pela professora Dra. Flávia de Almeida Moura, com vigência entre 2019 a 2022, do qual sou pesquisadora voluntária desde 2017.

O resultado deste projeto experimental está ligado à produção da Campanha de Sensibilização e Prevenção ao Trabalho Escravo Contemporâneo na Baixada Maranhense, realizada pelo grupo de pesquisa, do qual faço parte e onde pude colocar em prática o que estudei no decorrer do curso de Rádio e TV nos últimos anos bem como nas experiências de pesquisa e extensão junto à Universidade Federal do Maranhão.

Dada à complexidade e à pluralidade que a trabalho escravo contemporâneo¹ se apresenta no Brasil, sobretudo no Maranhão, estado historicamente apontado como um dos maiores exportadores de mão de obra escrava como também de incidência desse tipo de exploração em seu território, esta pesquisa busca traçar estudos preliminares sobre a região da Baixada Maranhense onde, segundo dados da CPT, um total de 678 trabalhadores, que tinham como referência de local de origem a região da Baixada Maranhense, foram resgatados de condições análogas à escravidão em 2016 (Síntese de Estatísticas da CPT 2017, apud. COSTA, 2018).

Desse montante, 296 trabalhadores (a) tinham como referência de local de origem os municípios de Pinheiro, Santa Helena, Penalva e Viana (SMARTLAB MPT/OIT, 2018). Apesar dos dados quantitativos, ainda não se tem dados qualitativamente organizados sobre essa região, sendo, portanto, um campo desconhecido para os pesquisadores.

Partindo de alinhamentos que devem ser considerados acerca da reflexão da prática do olhar desenvolvido pelo grupo de pesquisadores na construção da Campanha de sensibilização, primamos em trabalhar este reconhecimento como forma de elencar exemplos múltiplos, sem monopolizar a palavra e a forma como esse trabalho seria construído. Para tanto, esse diálogo foi essencial para promover uma base argumentativa

¹ Utilizamos neste trabalho a terminologia trabalho escravo contemporâneo como entende Moura (2016), que também pode ser relacionada às condições análogas à de escravidão, segundo o Artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

e investigar sobre a dinâmica regional bem como a possibilidade de uma intervenção junto a esses municípios com uma peça prática.

Para a construção deste estudo junto ao grupo de pesquisa, partimos do arcabouço teórico-metodológico das representações (HALL, 2010) bem como das identidades e identificações (HALL, 2013) e apropriações (THOMPSON, 2013) dos sujeitos com a relação à temática. Também dispomos, neste momento, da metodologia da história oral (THOMPSON, 2002 e dos estudos de memória (POLLAK, 1992) para construir trajetórias de trabalhadores (as) rurais maranhenses e, a partir delas, identificar práticas comunicativas de aliciamento e denúncia da escravidão contemporânea.

Tomamos como ponto de partida as revisões bibliográfica sobre a temática do trabalho escravo contemporâneo já realizadas por Moura (2016), Silva (2014), Ferreira (2016), Esterci (1994) e o conceito de mobilização social e suas problemáticas tratados por Henriques (2007).

Esses textos foram discutidos em sessões de estudos realizados semanalmente visando à construção da fundamentação teórica que iria nos orientar no decorrer da pesquisa. Durante o período nas reuniões periódicas, procuramos trabalhar os principais conceitos e questões que norteiam a temática, principalmente as categorias rede de denúncia, trabalho escravo e estratégias de comunicação, além de nos aproximarmos mais dos públicos em que a campanha seria direcionada.

Também foi feito um levantamento preliminar sobre as principais emissoras de rádio localizadas na Baixada Maranhense para que pudessemos traçar as estratégias de distribuição da campanha. Ao contar o número de 79 no total, a partir do levantamento da ANATEL, selecionou-se o número que estaria correspondendo a cada município sinalizado na pesquisa. Em relação à cidade de Pinheiro, encontramos a Rádio Cultura FM (105.9 MHz), Pericumã FM (105.1 MHz), Pinheiro FM (103.3 MHz) e Rádio Verdes Campos (90.9 MHz). No que se refere ao município de Viana, a Rádio Maracu FM (93.3 MHz) e, em Santa Helena, a Rádio Turiaçu (106.3 MHz). A estratégia de distribuição do material da campanha também prevê as rádios comunitárias e rádios web localizadas na região da Baixada Maranhense².

Esse levantamento assume importância para além de um reconhecimento prévio de possíveis meios de propagar o conteúdo da Campanha, mas dinamizar a proposta de

² Este mapeamento será feito por intermédio do grupo de pesquisa junto às redes parceiras do movimento social, como a ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). A previsão é lançarmos a campanha em maio de 2021.

apreender quais seriam as principais emissoras presentes na região e entender as formas comunicativas utilizadas que poderia servir tanto para atraí-los para um possível aliciador do trabalho escravo, quanto para libertá-los de tal condição, como se propõe com a campanha de sensibilização.

Vale ressaltar que a Baixada Maranhense é uma microrregião do estado de onde saem muitos trabalhadores que acabam sendo submetidos a condições degradantes de trabalho principalmente devido à falta de oportunidade de trabalho digno no local. Essa construção empírica está descrita em relatos de auditores fiscais do trabalho que participam de ações de fiscalização e resgate desses trabalhadores e identificam seus locais de origem. Pouco se tem até agora de estudos qualitativos sobre a dinâmica de saída desses trabalhadores da Baixada Maranhense.

Apresentamos a seguir uma revisão teórica que embasou nossos estudos nos últimos anos junto ao grupo de pesquisa e construímos, a partir dela, caminhos metodológicos para a realização deste trabalho.

Após a revisão bibliográfica, apresentamos o contexto da Baixada Maranhense bem como as características da região com relação às migrações, ao trabalho escravo contemporâneo e aos principais públicos que buscamos envolver na campanha.

Ao final, apresentamos o planejamento estratégico da campanha com os roteiros de *spots* e *podcasts* que devem ser distribuídos na região a partir de maio de 2021 com o apoio de entidades parceiras, como a ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

2. O trabalho escravo contemporâneo e as principais campanhas de sensibilização

O ponto de vista clássico sobre a escravidão pontua que sua abolição se dera em 13 de maio de 1888, após mais de três séculos de castigos corporais e simbólicos aos negros que foram postos na condição de escravizados. Todavia, apesar de todos os esforços investidos na superação de uma herança maldita, construída por preceitos patrimonialistas, ainda assim, o Brasil conserva em sua estrutura inúmeras permanências de tais práticas. Tendo suas dignidades violadas pelo perfil truculento de seus algozes no período, os escravizados tiveram suas identidades suprimidas, além de serem submetidos a exaustivas jornadas de trabalho e condições precárias nas senzalas às quais estiveram alojados. Ao longo dos anos pós-escravidão se percebem características que reverberam ações que implicam na retomada do debate se a escravidão teria sido realmente extinta no ano de 1888. Repaginados pelo conceito de escravidão contemporânea, atualmente sociólogos, comunicadores, geógrafos, historiadores, entre outros profissionais dos mais variados campos do conhecimento se concentram em esforços interdisciplinares para compreender tal realidade.

Em observância a tais fatores e como esses se tornam recorrentes por diversas causas, pesquisas como essas visam escutar as múltiplas vozes desses trabalhadores, visando perceber seus diferentes afetos sociais e condições subjetivas que o levaram aos “gatos”. Encantados por promessas de melhorias de vida e expectativa de garantias para a família que fica, os trabalhadores são seduzidos por retóricas carregadas de persuasão, ainda mais em espaços em que as possibilidades de ingressar no mercado de trabalho se fazem altamente escassas.

De acordo com as novas dinâmicas da vida social assimiladas nos últimos anos, com a introdução de novas tecnologias, por exemplo, se tem por intuito contribuir por meio dessa pesquisa, com a construção de uma Campanha de Sensibilização e Combate ao Trabalho Escravo na região da Baixada Maranhense, microrregião que apresenta altos índices de deslocamento de trabalhadores para outras regiões do Maranhão e do Brasil.

Diante de um debate que é atravessado por desdobramentos sociais, culturais e políticos, bem como por interferências de instâncias governamentais e órgãos dos mais diversos setores, há de se analisar como ocorrem as negociações que resultam em benefícios, assim como nos reconhecimentos que se fazem negados. Ao identificar as persistências de imagens no tempo, que traduzem sobrevivências de determinadas formas

de exploração que remetem aos tempos da escravidão que foram promovidas entre os séculos XVI ao XIX, esquadrinha-se por meio de apurações, pontos que se assemelham a esses tristes episódios. As atuações dos mecanismos constitucionais e legais e a participação das campanhas contra o trabalho escravo contemporâneo. Apesar do que se faz afirmado na Carta Magna promulgada em 5 de outubro de 1988, que eleva a liberdade como direito fundamental aos brasileiros e estrangeiros, segundo seu Artigo 5º, inúmeras atrocidades ainda são observáveis ao que se refere a supressão de tal garantia. Reconhecendo em seus princípios e regras a demonstração da extrema relevância para uma convivência social saudável, este instrumento segue priorizando a integridade de cidadãos e cidadãs, por meio do viés democrático que a sustenta. Não obstante, as constantes acusações de formas de subversão de direitos que corrompem garantias fundamentais, como a liberdade de ir e vir, que põem indivíduos em situações degradantes, traça um paradoxo demonstrando as contradições vivenciadas. Em face de condutas que desafiam as proibições constitucionais, seja em âmbito nacional ou internacional, ainda assim observam-se um vasto número de violações de direitos humanos no Brasil, por meio de denúncias associadas às condições análogas ao trabalho escravo. Por entre diversas investidas do poder público e de organizações não-governamentais, são apresentadas diversas investigações a respeito de trabalhadores expostos ao trabalho forçado, muitas vezes em condição de servidão por dívidas, essas as quais os impossibilitam de sair de tal espaço, devido as ameaças do patronato. Primeiramente, se faz necessário entender que o trabalho escravo se faz para além de irregularidades trabalhistas, como baixas remunerações, mas permeiam também ações que resultam em humilhações e ameaças a integridade física. Perante os maus tratos, a violência física e simbólica, as precárias condições de alimentação e alojamento, esses indivíduos permanecem submetidos a repressão e ao excesso da fadiga pelas exaustivas jornadas de trabalho. O movimento contra as causas e efeitos do trabalho escravo contemporâneo perpassa metas de visibilidade pública, assim como políticas de conscientização, em busca da emancipação desses sujeitos, não apenas no que tange ao desligamento dos espaços que o condicionaram a tais situações, mas também abrindo novas possibilidades de recomeço.

Logo, surgiram iniciativas especializadas em questões relacionadas ao trabalho escravo, como as que são promovidas pela Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”, criada no ano de 1997 e coordenada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

2.1 A CPT e a campanha “De olho aberto para não virar escravo”.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e compõe o quadro de entidades da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), sendo responsável por receber e encaminhar denúncias de trabalhadores, produzindo regularmente estatísticas sobre a dimensão do problema no país.

A CPT está inserida, de forma atuante, na rede de denúncia da exploração da mão-de-obra escrava, composta por várias entidades que atuam em todo o país no combate e prevenção ao trabalho escravo contemporâneo, entendido aqui como todas as formas de exploração em que há imobilização da mão-de-obra por meio da coação física e/ou moral, da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços (ESTERCI, 1994).

Presença das ONGs - entendidas como assessoria e apoio aos movimentos populares - nos movimentos sociais desde a década 70, tem crescido de forma notória nos últimos anos, o que refletiu numa maior visibilidade deles. A esse respeito, descreve-se: [...] na virada dos anos 70/80, essas entidades voltam os seus investimentos para a atuação no campo dos movimentos sociais que então crescem pelo país (como o sindical urbano e rural, os de luta pela terra e os de moradores de áreas periféricas das cidades), padrão que passa a predominar largamente sobre a ação do tipo comunitário localizado (que, no entanto, nunca será de todo abandonada): tanto é, que passam a se auto classificar como entidades “a serviço do Movimento Popular” (LANDIM, 1998, p. 41).

Neste cenário, estão inseridas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que buscam agir paralelamente ao Estado na busca de soluções para esses problemas. Tais organizações estão inseridas no chamado Terceiro Setor, que surge em decorrência da impotência do sistema e pela crescente conscientização da sociedade civil, e se apresenta como forma alternativa de organização para atender propósitos coletivos. Assim sendo, torna-se pertinente esclarecer:

O Terceiro Setor é uma parcela da sociedade formada por um conjunto de organizações da sociedade civil, não governamentais, de direitos privados e sem fins lucrativos que atende propósitos públicos à margem do aparelho formal do Estado. Justifica-se como “terceiro” porque não está na condição

de primeiro - O Estado; tão pouco representa o “segundo” – integrado pela iniciativa privada (LIMA, 2004, p.98).

Juridicamente, as ONGs são sociedades civis sem fins lucrativos e enquadram-se na legislação referente a esse tipo de organização. Essas sociedades são formalmente reconhecidas pelo Código Civil Brasileiro de 1916, enquanto pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos. Compreendem, segundo o art.16, I - “As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações”.

As ONGs, dessa forma, poderão escolher o registro legal seja de sociedades civis (ou associações, a lei usa as duas expressões transitivamente), seja de fundações - o que é menos frequente (LANDIM,1998).

A forte e crescente presença de entidades do Terceiro Setor em ações sociais pode ser explicada, pelo fato de a sociedade civil organizada enfrentar dificuldades por falta de novas definições metodológicas em relação ao diagnóstico e ao planejamento da comunicação. Uma visão a partir dos públicos (e não dos instrumentos) parece ser extremamente útil para posicionar estas questões sob uma ótica humanista e verdadeiramente interessada na participação ampla e democrática (HENRIQUES, 2007, p.13).

Tal preocupação pode ser observada em alguns produtos de comunicação da CPT, como por exemplo, na sanfoninha, que se utiliza do cotidiano e da linguagem do trabalhador rural a fim de conseguir passar a sua mensagem. A criação oficial da CPT aconteceu em 1975, durante a XIV Assembleia Geral da CNBB, que procurava estabelecer uma Comissão Pastoral que se posicionasse contra a exploração latifundiária e em favor dos posseiros nos conflitos do campo principalmente no eixo Centro Oeste - Norte. De acordo com o histórico da entidade, a CPT tem como objetivos centrais: a promoção da vida dos seres humanos e do planeta terra; a construção de práticas e valores no meio rural que criem novas relações entre pessoas, famílias, comunidades e povos numa perspectiva de solidariedade; o protagonismo dos camponeses e dos trabalhadores; o enfrentamento ao modelo predador do ambiente e escravizador da vida de pessoas e comunidades; o fortalecimento do trabalho de base junto às comunidades 28 camponesas e as atingidas pelos grandes projetos, promovendo o protagonismo dos trabalhadores, sua organização e articulação (SILVA, 2014).

A entidade também acompanha, apoia e estimula a defesa dos territórios das comunidades tradicionais como espaços de reprodução da vida e de relações econômicas, religiosas, culturais, sociais e políticas solidárias; a articulação dos movimentos sociais do campo com os da cidade, através da participação em redes e fóruns; mobilização, apoios e respaldos aos camponeses e a suas organizações, em todos os níveis da sociedade e da mídia, também no estrangeiro; além da promoção da participação da sociedade nos projetos de lei de iniciativa popular, como no da reforma política e nas consultas democráticas através de campanhas, referendos e plebiscitos, dentre outros (SILVA, 2014).

Desde a sua fundação, a Comissão Pastoral da Terra luta contra a permanência do trabalho escravo no Brasil. A primeira denúncia conhecida sobre conceito moderno de trabalho escravo é de 1972, realizada por Dom Pedro Casaldáliga, de acordo com o critério dívida impagável. Para intensificar ainda mais o trabalho de combate e prevenção à exploração da mão-de-obra escrava, a CPT lançou e coordena desde 1997 a Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”. Segundo a entidade, a campanha foi uma experiência inovadora, realizada na Grande Região Norte, visando articular estratégias de trabalho que prevenissem e combatessem o trabalho escravo nos Estados de Maranhão, Tocantins, Pará e Mato Grosso. O foco nessa região se justifica, segundo a CPT, pela preferência desses estados pelos aliciadores. Essa Campanha partia da observação - de novo confirmada pelos casos flagrados de 1997 para cá no sul do Pará - de que Maranhão e Tocantins são regiões preferenciais de aliciamento, fornecedores de mão de obra, para as empreitas realizadas no Pará e Mato Grosso, em regiões cada vez mais distantes (ex.: região do alto Xingu) (CPT, 2010).

A campanha é apoiada em material didático, como de sensibilização, voltado para os trabalhadores em situação vulnerável; de orientação para monitores da Campanha, além de divulgação, para opinião pública da sociedade em geral. De acordo com a CPT, a Campanha teve desdobramentos diferenciados conforme a região envolvida, desde encontros de sensibilização e primeiras orientações, encontros de capacitação nas regiões de incidência de trabalho escravo, até acompanhamento de operações de resgate e das pendências que delas decorrem, como ações criminais e trabalhistas, orientação às vítimas, proteção a testemunhas e/ou vítimas.

A referida campanha, segundo o seu coordenador, Xavier Plassat, teve início formalmente em 1997, como resultado de um processo de discussão das CPTs da Grande Região Norte (PA, MA, TO), inicialmente provocado pela CPT do sul-Pará, em relação à necessidade de se articularem na prevenção e combate ao trabalho escravo, de acordo com a posição de cada estado ao longo da rota do aliciamento e da escravização (estados emissores e estados receptores de mão de obra).

Porém, a atuação estratégica da CPT em relação ao trabalho escravo vem desde muitos anos antes, a saber: A primeira grande denúncia foi em 1984, o caso da fazenda da Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen, no Sul do Pará. Os peões conseguiram escapar a pé da fazenda e foram parar em São Félix do Araguaia. Houve mobilização e a ideia de flagrar os responsáveis foi frustrada. Na época, o governador do Pará era Jader Barbalho. Não se conseguiu fazer o flagrante, então convocou-se a imprensa nacional e internacional e se fez a denúncia. Havia indícios de que eram 600 trabalhadores. Mais tarde, uma matéria publicada na Alemanha afirmou que havia 800 trabalhadores escravizados (CPT, 2010).

Segundo a CPT, a Campanha tem, desde o seu início, como ações prioritárias, a denúncia e divulgação de casos concretos a partir de relatos de fugitivos colhidos principalmente no MT (Prelazia de São Félix do Araguaia) e no sul do Pará (Conceição do Araguaia, Rio Maria, Marabá), e, esporadicamente, no MA e TO, hoje não mais de forma esporádica, visto a forte incidência de casos nos dois estados; o caso emblemático da Volkswagen em 1984; cobrança das autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, por meio de dossiês, manifestações públicas, audiências; carta de Dom Pedro (1971); denúncias aos Ministros da Justiça, do Trabalho e da Reforma Agrária (caso STR Porto Nacional, 1987); formação do Fórum nacional contra a Violência no Campo (1991); Seminário nacional TE na Câmara dos Deputados (1994); utilização das mediações e espaços 30 internacionais disponíveis para pressionar, contornar e vencer a omissão das autoridades brasileiras (OIT, OEA, ONU): denúncia na ONU, OIT e Parlamento europeu (1993 via Marcelo Lavénère, presidente da OAB); caso José Pereira na CIDH da OEA (1994); caso Brasil Verde (1998) e o planejamento e realização de ações de divulgação e sensibilização da opinião pública.

Sobre esta última ação da Campanha, Plassat (2011) relata: Em 2002 iniciamos com Binka Le Breton a preparação do livro *Vidas Roubadas* (Loyola, 2003), com

lançamentos realizados em 10 capitais, e publicação de versões inglesa, italiana, francesa; em 2005/06 realizamos em mutirão o vídeo *Aprisionados por Promessas* (coprodução CPT, Witness e Cejil); multiplicamos seminários e eventos, inserções na mídia, com passagens no *Fantástico*, *Globo Repórter*, *Programa do Jô*, entre outros.

Outra grande ação e, talvez a mais substancial da Campanha, é a construção e articulação de uma rede de entidades engajadas na prevenção e no combate ao trabalho escravo e à capacitação de multiplicadores, como a formação do Fórum Nacional contra a Violência no Campo (1991); a construção de parcerias com o CDVDH/CB (1997), na realização das duas Conferências Inter participativas de Açailândia em 2002 e 2007; com a ONG Repórter Brasil, na produção de informações e dados, e na realização de programas preventivos, como o “Escravo, nem Pensar” e capacitação de agentes associativos, professores, agentes de pastoral, lideranças sindicais nos municípios mais atingidos pelo problema (PLASSAT, 2011).

A Campanha “De olho aberto para não virar escravo” não possui um plano de comunicação formalmente estruturado, conforme comenta Plassat (2011). Não há uma real estratégia de comunicação formalizada, mas existem sim várias ações, bem como produtos de comunicação, planejadas nesse sentido, como por exemplo, instrumentos de divulgação (sanfoninha, cartaz, calendário, banners) e logomarca (garoto-propaganda, lema “De Olho aberto para não virar escravo”); uma política de ampla disponibilização dos dados disponíveis (desde que não considerados confidenciais ou de risco); elaboração de notas públicas de acordo com as necessidades conjunturais; aproveitamento das oportunidades de aparição pública da campanha (entrevistas, debates, prêmios) para pautar a mídia, tanto nacional como internacional com bastante comunicação voltada para Europa e EUA, onde há parceiros eficazes, como a Free the Slaves, AntiSlavery International, CRS, Trocaire, Fastenopfer, entre outras.

Um dos produtos da campanha é a chamada *sanfoninha*, um material impresso dobrado em várias partes, que cabe no bolso e que conta, por intermédio de uma história em quadrinhos (HQ), uma história bem conhecida dentre os trabalhadores escravizados: um agenciador que convida um grupo de trabalhadores para uma empreitada prometendo verbalmente algumas condições de trabalho, mas, que chegando ao local, não era nada daquilo que prometia. Situações de maus tratos, desrespeito à dignidade humana, condições insalubres de trabalho (alojamento, alimentação) e demais são tratadas no HQ

que, ao final, indica a denúncia como a melhor solução: “Diga não à escravidão”. O material ainda possui, nas páginas posteriores, outras informações referentes a contrato de trabalho, acordo coletivo, carteira assinada, além de telefones e endereços úteis de entidades que compõem a rede de denúncia, distribuídas pelo país.

A escolha da sanfoninha como principal forma de divulgação da campanha se deve, em primeiro plano à facilidade, tanto na leitura, devido ser uma linguagem mais dinâmica e lúdica, como no caso dos quadrinhos que possibilitam mais descontração no acesso a informação, e na praticidade, pelo seu formato o que facilita no processo de distribuição e manuseio do material. A sanfoninha é destinada ao trabalhador em situação de risco, sendo que para chegar a este trabalhador, depende de equipes, sindicatos, associações parceiras e dos próprios trabalhadores que, muitas vezes, pedem para seus colegas. Todas as equipes da Campanha recebem uma quantidade suficiente para seu trabalho e de seus parceiros regionais e a distribuição é feita de mão em mão, mediante uma conversa de quem entrega. Alguns fiscais distribuem aos trabalhadores resgatados no ato da fiscalização.

A comunicação representa um mecanismo de suma importância para o desenvolvimento de ações coletivas e de caráter social, portanto, as estratégias estabelecidas nesse âmbito consistem numa forma de fortalecer esses processos. “O fazer comunicativo, mais do que informar, toma por tarefa criar uma interação própria entre estes projetos e seus públicos, através do compartilhamento de sentidos e valores” (HENRIQUES, 2007, p. 34).

Isto é, não basta apenas repassar o material informativo aos trabalhadores, mas é necessário que este material, bem como a maneira como ele chega e é apresentado ao trabalhador, seja capaz de produzir sentido para ele, que proporcione uma identificação do trabalhador com o conteúdo do material.

A CPT utiliza ainda outras formas de veiculação das suas atividades, como cartazes, folders, banners, logomarcas, garoto-propaganda, e o lema “De Olho aberto para não virar escravo” com a finalidade de diversificar e maximizar o poder de alcance da campanha, que busca levar informação aos trabalhadores que sofrem com o trabalho forçado e que não conhecem a própria realidade e os direitos trabalhistas que lhes assistem.

A entidade tem também como estratégia a disponibilização do seu banco de dados, exceto no caso de documentos confidenciais ou que representam algum tipo de risco, voltada para a formação de opinião mais especializada, como no caso de cientistas e pesquisadores das universidades, Em cada região, as ações da Campanha se dão de formas diversas. [...] a Campanha tem desdobramentos diferenciados conforme a região envolvida desde encontros de sensibilização e primeiras orientações, encontros de capacitação nas regiões de incidência de trabalho escravo até acompanhamento de operações de resgate e das pendências que delas decorrem (ações criminais e trabalhistas, orientação às vítimas, proteção a testemunhas e/ou vítimas) (CPT, 2010).

Diante disso, em ações que visam resgatar cidadanias, campanhas como o “De Olho aberto para não virar escravo” da CPT e a “Escravo nem pensar” (ENP!) da ONG Repórter Brasil tratam de temáticas sérias e relevantes de modo didático e dialógico, aptas aos mais diversos públicos.

Ao debruçar nos estudos apresentados por Moura (2018) sobre a realidade maranhense, são pensadas as múltiplas possibilidades alçadas pelo ato de migrar, sobre quais seriam as propostas e destinos mais atrativos, em busca de atividades que se tornassem mais rentáveis. Acerca disso, a autora observa que:

No caso do Maranhão, o deslocamento mais comum é para trabalhos de diária ou empreitada em grandes fazendas de gado. Vão também para outros estados brasileiros em atividades de agronegócio ou atividades da construção civil espalhadas em grandes obras, sobretudo nas regiões central, sudeste e sul do Brasil. (MOURA, 2018, p.2)

Ao ser visualizado como um estado carregado de conflitos em virtude da concentração de grandes porções de terras nas mãos de latifundiários, o Maranhão em 2012 seguia contabilizando 252 casos de conflitos de terra, do qual participavam cerca de 65 mil pessoas, segundo dados trazidos pelo CPT. (MOURA, 2018)

A forte influência de uma conjuntura modernizadora que atuou em diversos estados brasileiros não se dera de modo diferente em terras maranhenses, resultando em diversos episódios de violências no campo. A alocação da política de monocultura, remodelando a concepção agrária no Maranhão levou a diversos embates em um contexto de grandes empreendimentos agropecuários. O conflito de interesses e desigualdades se faz tamanho que se levantam discussões em paralelo. Ao serem pensados os modos como às terras têm sido reconfigurados, partindo desses novos usos, é refletido em conjunto, a

forma como essa lógica de economia familiar trazido pela propriedade camponesa se faz ameaçada pela violência do campo, quando se insere em um universo capitalista.

Retomando a questão da migração, antes de tudo se faz necessário retomar a perspectiva que este estudo não visa generalizar motivações ao que se refere às migrações de trabalhadores. Todavia, se busca compreender que fatores se tornam agentes que fazem tais indivíduos visarem novos paradigmas de vida e renda partindo para outras localidades. Neste estudo pretende-se apreender que as trajetórias individuais se fazem envolvidas por particularidades e regularidades e que as percepções sobre um grupo ou comunidade nem sempre é coeso e atende às formas específicas de lidar com uma problemática.

Diante dessa complexa escolha pelo ato de migrar, se observam em meio aos estudos tratados por Moura (2018) e Esterici (1994), que essas podem ser atingidas por relações de dominação personalizadas. Por entre fatores objetivos e subjetivos, seja devido à falta de oportunidades ou em busca de complementações de renda, as inúmeras estratégias de sobrevivência visam proporcionar mudanças, principalmente para os que ficam. Contudo, em muitos casos, as relações trabalhistas desses migrantes se dão segundo contratos verbais sem quaisquer garantias, que expõem esses indivíduos as condições precárias e insalubres de alojamento e jornadas exaustivas com baixíssimas remunerações.

Partindo do objetivo pontuado em linhas anteriores, a Campanha de Sensibilização necessitou previamente de um estudo sobre como se procedem as atuações de importantes instituições para a política de combate ao trabalho escravo contemporâneo, entendendo de que modo essas questões são medidas. Destarte, baseado nas concepções de Henriques (2007) que associa a comunicação a uma transferência de informações, condicionadas por trocas mútuas, o autor produz uma reflexão sobre determinadas interações podem resultar em profundas contribuições para uma transformação social.

Em seus estudos, Lahire (2015) ressalta a importância da necessidade em se perceber as múltiplas realidades que contribuem para determinada maneira de socialização de demandas e formas de pensar o espaço. Seguindo um fio condutor tecido a partir de uma problemática traduzida pela desigualdade, as particularidades da forma de socializar uma ideia, de se promover identidades e formas de representação não são dadas de modo tão simplório. Sobre isso, o sociólogo argumenta:

Sabe-se que os diferentes momentos de socialização na vida de um indivíduo não são equivalentes. A sociologia se esforça assim, em diferenciar os tempos e os quadros da socialização, separando particularmente o período de socialização dita “primária”, essencialmente familiar, de todos aqueles que vêm em seguida e que nomeamos como “secundários” (escolas, grupos de pares, universos profissionais, instituições políticas, religiosas e culturais, esportivas, etc.) (LAHIRE, 2015, p. 1397)

Desse modo, compreende-se que os diversos elementos que regem as formas de socialização não se dão a partir de razões similares, mas que cabem às formas de incorporação do indivíduo que não necessariamente são coerentes entre si e com evidências compartilhadas. Mediante uma tradição interacionista, ao qual se promovem trocas por meio de tais socializações são articuladas, de tal modo, estratégias comunicativas que fundamentam novos propósitos e sentidos para a mobilização social. Henriques (2007) ao sinalizar acerca das transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea e da inevitabilidade da geração de novos saberes em meio aos novos problemas gerados, nos faz refletir sobre o papel do comunicador diante do cenário de reivindicações sociais, tais como as que se fazem assinaladas, na luta contra o trabalho escravo. O autor salienta em suas perspectivas: Os movimentos sociais, diante deste espaço mediatizado, procuraram transformar as lutas por reconhecimento em lutas por visibilidade. Fazer-se ver e ouvir encontra-se no centro das turbulências políticas do mundo moderno. A busca por visibilidade vem em função da necessidade de que as reivindicações e preocupações dos indivíduos tenham um reconhecimento público, servindo de apelo à mobilização dos que não compartilham o mesmo contexto espaço/temporal (HENRIQUES, 2007, p. 18)

Desse modo, colocam-se em questão os desafios de planejar uma comunicação capaz de atender os horizontes da ética no tocante à temática que faz endereçada. Buscando formas de potencializar movimentos e estratégias habilitadas para geração de corresponsabilidades, a difusão informativa assume uma expressiva função para a coletivização do ideal. Pertinente afirmar que, o ato de coletivizar demandas e ideais está para além de uma divulgação massiva de tal proposta, pois nem sempre essa se resulta em um processo de sensibilização, nem sempre instiga o indivíduo atingido a participar, a mobilizar-se. A oportunidade de conhecer o fato, por meio de comunicação dirigida, a exemplo das iniciativas da Campanha “Escravo nem Pensar!”, disseminam a aproximação dos sujeitos, bem como, tornam pública suas ações. Contudo, ainda assim, haverá àqueles

que questionam a existência de modos degradantes de trabalho, esses que se estendem para além das zonas rurais, visto que pesquisas com as trazidas por Silva (2014) que versam sobre sua presença nas áreas urbanas, principalmente na construção civil e têxtil.

De acordo com os dados do CPT, no Brasil são escravizados cerca de 25 mil de trabalhadores rurais ao ano. Tradicionalmente, o trabalho degradante tem sido encontrado nas zonas rurais e entre as principais atividades empregadoras estão a pecuária, os cultivos de cana-de-açúcar, a produção de carvão, mas nos últimos anos têm crescido os números de trabalho em zonas urbana, especialmente na indústria têxtil e na construção civil. (SILVA, 2014)

Mesmo com as propostas que remetem a marcantes avanços no combate as formas de condições análogas à escravidão, reveladas pela ação de organizações como a CPT, a ONG Repórter Brasil, assim como do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e do Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado, os dois últimos formados por auditores fiscais, procuradores do trabalho, policiais federais, o combate às práticas apontadas ainda sofre com profundos desafios. Apesar dos flagrantes e denúncias de casos de trabalho escravo, os quais o Maranhão infelizmente se fazia em posição de destaque no ano de 2014, visto como o principal emissor de mão de obra que acabam condicionados ao contexto de trabalhadores escravizados, além de ocupar o quinto lugar no *ranking* estadual dos que foram libertos de tal situação. (SILVA, 2014)

Materializando-se como um instrumento eficaz que engloba fragmentos de componentes obscuros da violência do campo, Ferreira (2016) faz o seu leitor refletir sobre que formatos são reverberados por uma retórica simplista. De tal modo, a pesquisadora sinaliza que: O Programa Escravos, em Pensar!, da ONG Repórter Brasil, quando assume a missão de prevenir o trabalho escravo moderno, propondo e promovendo ações de educação e eventos culturais, busca uma identidade do projeto. A ideia, a finalidade última do programa é educar para a promoção do trabalho decente, do trabalho que dignifica o homem. A estratégia não é posicionar o trabalhador escravo como “vítima”, como “coitado”, o distanciando cada vez mais da ideia outra de trabalho como sendo princípio promotor da autonomia e da emancipação do homem, mas, antes de tudo, a proposta é informar, pôr em xeque os elementos que compõem um quadro característico de trabalho degradante e fomentar ações de prevenção e combate a essa prática. (FERREIRA, 2016, p. 27)

Assim, iniciativas como as que foram aqui brevemente pontuadas visam imprimir o protagonismo de instituições, sejam essas governamentais e/ou não-governamentais,

que assumiram e assumem posturas combativas contra as marcas profundas deixadas na sociedade pelo trabalho escravo.

Dessa forma, campanhas como a “De Olho aberto para não virar escravo” e a “Escravo nem pensar!” funcionam como ferramentas que primam por mudanças sensíveis do cotidiano, tanto no âmbito rural, quanto em zonas urbanas. Paralelo aos trabalhos executados pelas campanhas que ganharam ênfase nos últimos anos como suporte de esclarecimentos sobre as condições que trabalhadores se faziam expostos, a atuação de planos de erradicação do trabalho escravo também se fez decisivos para alcançar os números de libertos. Para uma soma considerável de atuações postas por essas, rememoram-se suas influências em conter atuações abusivas no mundo do trabalho, bem como se apreende a necessidade em sua continuidade, contra a manutenção de sabotagem de direitos e sonhos por uma vida melhor.

3. Caracterização da Baixada Maranhense e o trabalho escravo contemporâneo

Por se caracterizar como um estado rural e tendo parte do seu território envolto à área que abrange a Amazônia Legal, o Maranhão acaba se encontrando na rota no qual percorre o trabalho escravo quer em referência a sua proximidade com as fronteiras agrícolas da região Amazônica, que pelos seus altos índices de pobreza. A região apresenta números expressivos de pessoas resgatadas que tem por local de origem cidades que fazem parte dessa região, que assim como em todo o interior do estado, o cenário é agravado em razão as suas baixas taxas de desenvolvimento humano e sua extensa área rural- que tem como principal fonte de renda as atividades relacionadas ao trabalho agrícola e a agropecuária, em sua maioria não contam com serviços básicos de cidadania alicerçados ao desemprego, a concentração de terras e renda e a falta de políticas públicas de incentivo a economia local e a agricultura familiar.

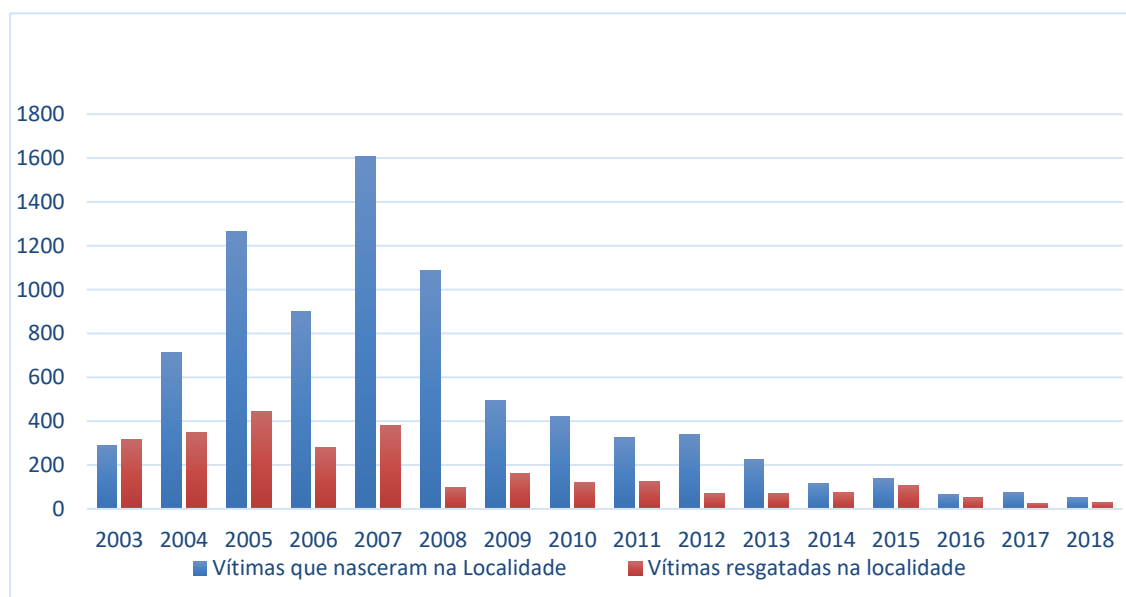
O primeiro caso de trabalho escravo no Maranhão foi denunciado apenas em 1998. Em 2006, o estado liderou o *ranking* nacional de trabalho escravo. Com base no Observatório Digital do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT), 8.119 trabalhadores maranhenses foram resgatados em situação análoga à escravidão nos demais estados da federação. O Maranhão se coloca também enquanto recebedor de mão de obra escrava obtendo um percentual de 2.699 trabalhadores que foram encontrados em condições análogas à escravidão dentro do território maranhense. Esse dado coloca o Maranhão com um dos maiores fornecedores de mão de obra escrava para o resto do país e também como reintegrador dessa prática degradante de trabalho.

O Gráfico 1 apresenta uma evolução histórica do trabalho escravo no Maranhão, desde a criação do primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo em 2003 até o ano de 2018. Observa-se que o número de trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão vem caindo expressivamente a partir do ano de 2009 tanto em relação aos resgatados naturais da região como aqueles que foram vítimas dentro do território. Esse percentual se assemelha a dinâmica nacional³, pois enquanto em 2008 o Brasil contava com o resgate de 5.016 trabalhadores no ano de 2009 esse número caiu

³ Dados nacionais do Ministério do Trabalho, sistematizado pelo site G1, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/n-de-operacoes-contr-trabalho-escravo-cai-235-em-1-ano-total-de-resgatados-e-o-menor-desde-1998.ghtml>

para 3.707, totalizando um número de 1.309 menor, se comparado ao ano anterior. Em 2018 no Maranhão foram resgatados 52 trabalhadores que tinham por referência de naturalidade o território maranhense e um total de 29 trabalhadores que foram vítimas do trabalho escravo contemporâneo dentro do Estado. Apesar dessa queda no quantitativo de pessoas encontrada em condições análogas à escravidão isso não quer dizer, paliativamente, a extinção do problema. É importante destacar que esses números reduzidos podem ser explicados pelo fato de o número de fiscalização do trabalho escravo ter caído progressivamente durante os anos, isso se dá tanto pelos cortes orçamentários que as atividades de fiscalização vêm sofrendo, quanto pela diminuição no número de denúncias feitas aos órgãos de defesa.

Gráfico 1. Evolução histórica do Trabalho Escravo no Maranhão (2003-2018)



FONTE: Bancos de dados do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (SISACTE) e do Sistema COETE, referentes ao período de 2003; Dados brutos fornecidos pelo Ministério da Economia do Brasil tratados e analisados pela SMARTLAB. Adaptação feita pelo grupo de pesquisa.

Com efeito, os municípios do Maranhão apontam uma vivaz concentração, retenção e distribuição de mão de obra escrava. O município de Codó (MA) é o terceiro maior fornecedor de mão de obra escrava do país, com 437 resgatados nascidos nessa cidade; o recordista é Amambai (MS), com 479 trabalhadores seguido de São Paulo (SP), com 437 resgatados, de acordo com o local de nascimento declarado e considerando os registros de naturalidade oferecidos pelo Observatório Digital do Trabalho Escravo, entre o período de 2003 a 2018. Outros municípios do Maranhão se destacam no ranking dos

10 maiores fornecedores de mão de obra escrava do país, tais como Imperatriz/MA (284); Pastos Bons/MA (270); Santa Luzia/MA (261) e Caxias/MA (203), ocupando respectivamente sexto, sétimo, oitavo e décimo lugar. (SMARTLAB MPT / OIT, 2018). O balanço também constatou que o Maranhão está entre as maiores estatísticas nacionais de resgatados residentes. Codó também figura entre os cinco municípios do país com maior número de residentes resgatados, com 357 trabalhadores resgatados de condições semelhantes à escravidão.

Apesar de os municípios supracitados serem os que mais aparecem nos noticiários, e que também são fontes das operações de fiscalização, é importante frisar que existem outros municípios do Maranhão que também aparecem com grande prevalência da distribuição de mão de obra escrava, tanto para outras regiões do estado como para outras localidades do país. Neste caso podemos citar alguns municípios da Baixada Maranhense, como Anajatuba, com 165 trabalhadores que são naturais do município; Monção, com 159 trabalhadores que informaram ser residentes do município, entre outros. Este último que também foi palco de operação de combate ao trabalho escravo onde foram encontrados 31 vítimas de trabalho escravo em 2007; outro município que também obteve uma inspeção com resgate de trabalhadores no território no ano de 2007 foi Bela Vista do Maranhão com 17 vítimas, assim como também manifesta a exportação da mão de obra para o trabalho escravo, no qual entre os anos de 2004 a 2013, 57 trabalhadores vítimas que apontaram esse município como local de residência (SMARTLAB MPT/OIT, 2018).

Partimos da premissa de que devemos nos aproximar teoricamente da realidade social apresentada na Baixada Maranhense buscando entender os fluxos migratórios dessa região que podem ou não levar os (as) trabalhadores (as) rurais a serem submetidos a condições análogas à escravidão. Neste sentido, a Baixada Maranhense é um campo pouco conhecido ainda pelos pesquisadores que compõe o referido projeto de pesquisa. O desconhecimento do campo se dá principalmente pela escassez de dados qualitativos produzidos sobre essa região, sobretudo dos municípios que nos propusemos a investigar: Pinheiro, Penalva, Santa Helena e Viana.

A microrregião se estende por mais de vinte mil quilômetros quadrados e abrange 21 municípios, são eles Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia,

Pedro do Rosário, Penalva, Peri-Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Viana e Vitória do Mearim.

As principais atividades desenvolvidas nessas regiões são a agricultura, subsistência, principalmente do arroz e milho. Essa atividade se constitui uma importante fonte de renda para os pequenos agricultores, pois geralmente atendem ao abastecimento de municípios vizinhos. A produção pecuária, em especial a pecuária bovina de corte, é outra atividade muito importante dessa região, assim como os produtos de origem animal, tais como o leite, ovos de galinha e o mel de abelha. Outra atividade que caracteriza o desenvolvimento econômico nessa região é o extrativismo vegetal, sendo mais pontuado em alguns municípios da região. A renda proveniente dessa extração é mais assentada, pois além de abastecerem outros municípios do Maranhão ainda exportam para a região centro sul do país. Os principais produtos do extrativismo vegetal dessa região são o carvão vegetal, lenha, madeira em tora e babaçu; cita-se também como outras atividades que se constituem primordiais para a sobrevivência de muitos residentes dessa região que é a pesca; agricultura familiar e a criação de animais de grandes (exemplo búfalo) e/ou médio porte (galinhas, porcos, bode etc.).

O trabalho escravo na região estudada mostra suas particularidades envoltas numa estrutura sociocultural, econômica, e política não diferente do restante do estado, no qual caracteriza suas cadeias produtivas principalmente com a atividade ligadas à pecuária e à agricultura, em sua maioria para a promoção da subsistência. O baixo nível econômico dessa região, junto ao acentuado nível de pobreza que existe no interior dos bolsões maranhenses se molda como uma estrutura para que essa região seja propícia ao aliciamento de pessoas para a superexploração da sua força de trabalho (Ver Tabela 1).

Tabela 1. Trabalho escravo em municípios da Baixada Maranhense (2003- 2018)

U. Federação/Município	População (Estimativa, IBGE 2018)	Proporção de pobreza/extrema pobreza	Trabalhadores Naturais da região	Trabalhadores Domiciliados na região
Brasil	208,5 mil	-	45.028	-
Maranhão	7,0 mil	-	8.119	6.486
Municípios da Baixada Maranhense				
Anajatuba	26,614	69,9%	165	164
Bela Vista do Maranhão	11,138	72,1%	12	57
Cajari	19,307	77,3%	39	16

Palmeirândia	19,661	71,0%	34	22
Monção	33,201	62,3%	159	97
Penalva	38,203	49,2%	54	30
Pinheiro	82,990	47,9%	107	56
Santa Helena	41,770	49,0%	105	70
São Bento	44,811	46,9%	45	44
São Vicente de Férrer	22,142	66,4%	33	25
Viana	52,229	58,6%	30	10
Vitória do Mearim	32,664	56,8%	72	21

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir da sistematização dos dados disponíveis na plataforma digital do Observatório do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT, 2018)

Na Tabela 1, priorizamos aqueles municípios que apresentavam um número igual ou superior a 30 trabalhadores naturalizados ou domiciliados que foram vítimas de escravidão na região em questão. Contudo, é importante salientar que os demais municípios da Baixada apresentam também proporções referentes à exportação de mão de obra escrava para outras regiões do país. Como supracitado anteriormente, apenas os municípios de Monção e Bela Vista do Maranhão que apresentaram operações de combate ao trabalho escravo comprovado. Iremos nos ater apenas a análise das regiões que envolvem o universo da pesquisa que são os municípios de Pinheiro, Penalva, Santa Helena e Viana, sem, no entanto, nos refutarmos aos demais, sempre nos reportando a eles, quando necessário.

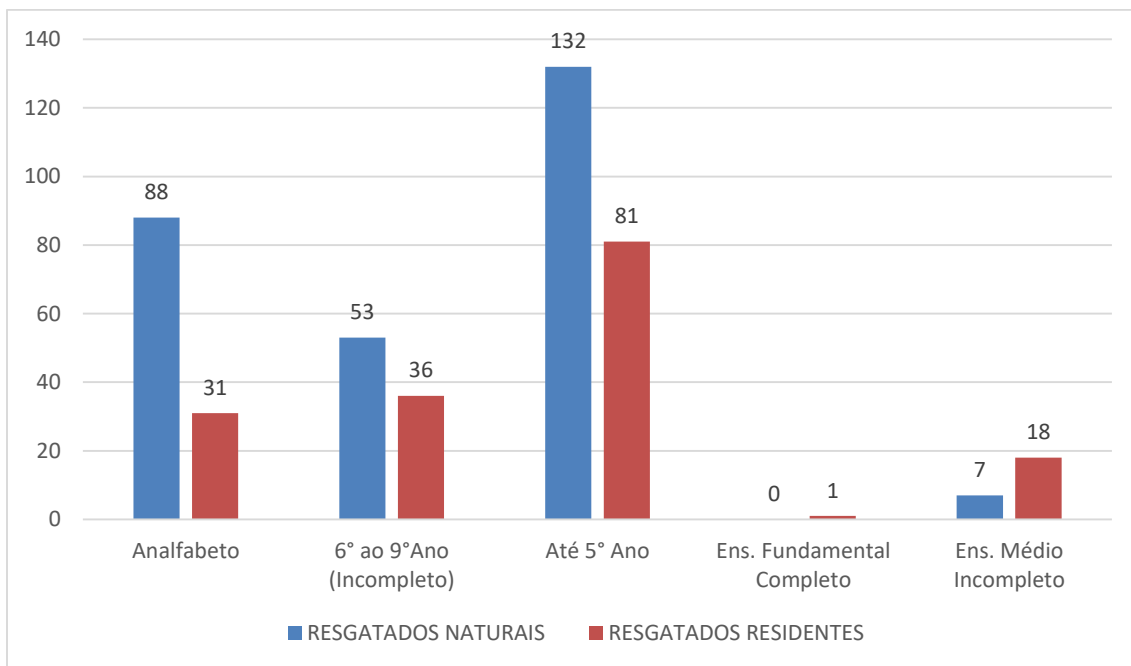
Nota-se, em meio ao exposto na Tabela, que todas as regiões que possuem trabalhadores que foram vítimas do trabalho escravo se colocam em uma posição muito acentuada de pobreza e extrema pobreza. A pobreza se fazemos uma relação das atividades econômicas desempenhadas pela população dessa região é possível constar claramente que esses índices estão interligados à falta de recursos regionais tais como trabalho, educação e o não acesso à terra para a reprodução produtiva, ou seja é a falta de perspectiva no seu local de origem que acentuam a recorrência de aliciamento da mão de obra escrava nesses municípios. Pois a opressão que subordina o trabalhador (a) rural a migração pela busca da sobrevivência ultrapassa o uso das correntes basta ter consigo uma grande aliada, a pobreza, esta que “(...) é mote dessa forma de subordinação” que a partir da opressão (RODRIGUES, 2016, p. 52). Nesse mesmo contexto:

(...) a pobreza é um fio condutor e que liga o proprietário de terras a um sujeito que necessita de tudo para sobreviver, vindo no proprietário de terras seu redentor. Esta mesma pobreza cria um sujeito vulnerável, pois

na procura de quem o salve, acha assim, os algozes de sua liberdade. O trabalho escravo não é barbárie no contexto do de fora da civilização. Mas sim, a barbárie é condição da civilização nesse sentido. (RODRIGUES, 2016, p. 82)

A expressão territorial do trabalho escravo contemporâneo no município de Pinheiro (107 trabalhadores), entre os quatro municípios analisados, é a mais latente em números de trabalhadores de naturalidade dessa região que foram vítimas do trabalho escravo, seguidos do município de Santa Helena (105 trabalhadores), Penalva (54) e Viana (30). Desse montante há uma predominância do sexo masculino, que no quesito faixa etária pairam entre os 18 e 29 anos, com um percentual bem acentuado em relação as demais. Aparecem também, só que em menores proporções, idades equivalentes a 55 a 60 anos. Em uma perspectiva de gênero, segundo os dados coletado nesses quatro municípios, pelo menos 9 mulheres no decorrer de 2003 a 2018 foram encontradas em regime de escravidão, sendo 5 naturais de Santa Helena e 4 de Pinheiro, que intercalavam suas idades na faixa etária entre 18 e 39 anos. Quanto ao grau de escolaridade desses (as) trabalhadores (as), o **gráfico 2** nos mostra que a maioria deles estudou até o 5º ano do ensino fundamental tanto para aqueles que são naturais do município, 132 trabalhadores, como para aqueles que se declararam como domiciliados neles, com 81 trabalhadores (Ver Gráfico 2).

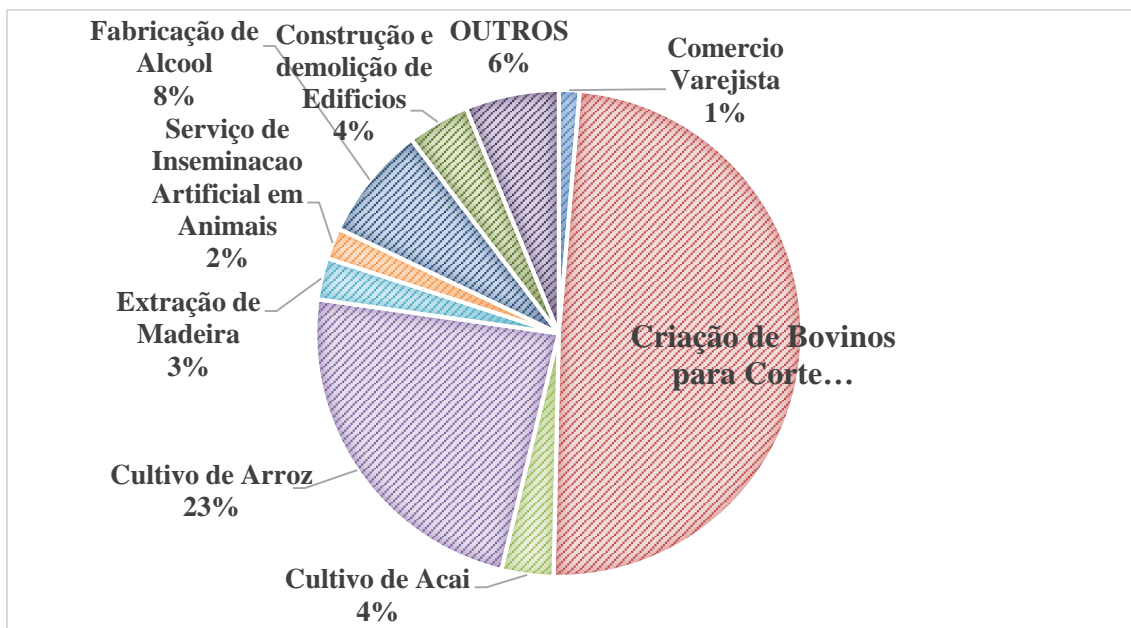
Gráfico 2. Grau de escolaridade dos (as) trabalhadores (as) resgatados que são naturais ou residentes dos municípios da Baixada Maranhense (Pinheiro, Penalva, Santa Helena, Viana)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir da sistematização dos dados disponíveis na plataforma digital do Observatório do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT, 2018)

Os números apresentados pelo analfabetismo desses (as) trabalhadores (as) nos fazem pensar também no grau de vulnerabilidade a que eles estão impelidos. Essa realidade está atrelada ao contexto nacional que ainda não conseguiu elevar as taxas de instrução de sua população. Essa questão se apresenta também novas exigências de formação, uma vez que grande parcela da população ainda se encontra em déficit com o acesso e permanência na educação básica do país. No Brasil, existe 11,3 milhões de analfabetos; O Nordeste situa-se, em relação as outras regiões com a menor taxa de alfabetização (85,5%) da população de 15 anos ou mais. O Maranhão encontra-se na segunda colocação com a menor taxa de alfabetização, o equivalente a 83,3% em 2017, ficando atrás somente de Alagoas que apresenta um índice de 81,8% da população de 15 ou mais anos que é alfabetizada, sendo a menor taxa a nível de Brasil (PNAD Contínua, 2018).

Gráfico 3. Setores econômicos e cadeias produtivas envolvidos durante o resgate de trabalhadores que são naturais dos municípios de Pinheiro, Penalva Santa Helena e Viana.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir da sistematização dos dados disponíveis na plataforma digital do Observatório do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT / OIT, 2018)

Para a elaboração do Gráfico 3, foram priorizadas as atividades econômicas registradas por aqueles trabalhadores que são naturalizados do município em questão. Outrossim, destacamos as atividades que mais prevaleceram nos registros disponibilizados pelo Observatório do Trabalho e enquadrámos em “outros” aquelas atividades que aparecem menos de duas vezes na contabilização dos dados. Vemos que a atividade que se sobressai às demais é a relacionada à criação de bovino para corte (49%), seguidos do cultivo de arroz (23%) e a fabricação de álcool (8%). Geralmente essas atividades que mais aparecem são as que requerem maior esforço manual e que exigem pouca ou nenhuma qualificação, ofertando inclusive os menores salários por determinadas ocupações.

É imprescindível denotar que os dados de faixa etária, escolaridade e atividade de ocupação em que os trabalhadores estavam ao serem resgatados, consideram apenas os registros que continham as especificações acima referidas. Por essa razão, a não compatibilidade do número de resgatados com o grau de escolaridade e ocupação.

4. Planejamento Estratégico para a Campanha de Sensibilização e Combate ao Trabalho Escravo na Baixada Maranhense: “Trabalho certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão!”

A Campanha de Sensibilização e Prevenção ao Trabalho Escravo Contemporâneo na Baixada Maranhense tem por objetivo conscientizar, através das mídias – principalmente a radiofônica – a população dos municípios de Pinheiro, Penalva, Santa Helena e Viana acerca das formas de aliciamento de trabalhadores para o trabalho escravo. Além disso, a campanha também é uma forma de denunciar as situações degradantes de trabalho a que muitos trabalhadores e trabalhadoras da Baixada Maranhense são submetidos.

O planejamento da campanha foi dividido em quatro etapas de desenvolvimento:

1ª Etapa: Mapear as entidades que atuam contra a escravidão contemporânea e entender como elas surgiram, seus objetivos e principais ações de combate a essa mazela social;

2ª Etapa: Definir o contexto socioeconômico dos municípios de Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Viana; definir o perfil dos públicos; e estudar a produção de roteiros para rádio;

3ª Etapa: Definir o nome, a assinatura e a identidade visual da campanha; produzir os *spots* e *podcasts*;

4ª Etapa: Distribuir o material para as entidades estudadas na 1ª Etapa e para as rádios comunitárias e comerciais da Baixada Maranhense.

ETAPA 1:

Mapeamento dos projetos, grupos e movimentos que atuam no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.

4.1 A Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e compõe o quadro de entidades da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), sendo responsável por receber e encaminhar

denúncias de trabalhadores, produzindo regularmente estatísticas sobre a dimensão do problema no país.

A CPT está inserida, de forma atuante, na rede de denúncia da exploração da mão-de-obra escrava, composta por várias entidades que atuam em todo o país no combate e prevenção ao trabalho escravo contemporâneo, entendido aqui como todas as formas de exploração em que há imobilização da mão-de-obra por meio da coação física e/ou moral, da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços (ESTERCI, 1994).

A presença das ONGs - entendidas como assessoria e apoio aos movimentos populares - nos movimentos sociais desde a década 70, tem crescido de forma notória nos últimos anos, o que refletiu numa maior visibilidade deles. A esse respeito, descreve-se:

[...] na virada dos anos 70/80, essas entidades voltam os seus investimentos para a atuação no campo dos movimentos sociais que então crescem pelo país (como o sindical urbano e rural, os de luta pela terra e os de moradores de áreas periféricas das cidades), padrão que passa a predominar largamente sobre a ação do tipo comunitário localizado (que, no entanto, nunca será de todo abandonada): tanto é, que passam a se auto classificar como entidades “a serviço do Movimento Popular” (LANDIM, 1998, p. 41).

Neste cenário, estão inseridas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que buscam agir paralelamente ao Estado na busca de soluções para esses problemas. Tais organizações estão inseridas no chamado Terceiro Setor, que surge em decorrência da impotência do sistema e pela crescente conscientização da sociedade civil, e se apresenta como forma alternativa de organização para atender propósitos coletivos. Assim sendo, torna-se pertinente esclarecer:

O Terceiro Setor é uma parcela da sociedade formada por um conjunto de organizações da sociedade civil, não-governamentais, de direitos privados e sem fins lucrativos que atende propósitos públicos à margem do aparelho formal do Estado. Justifica-se como “terceiro” porque não está na condição de primeiro - O Estado; tão pouco representa o “segundo” – integrado pela iniciativa privada (LIMA, 2004, p.98).

Juridicamente, as ONGs são sociedades civis sem fins lucrativos e enquadram-se na legislação referente a esse tipo de organização. Essas sociedades são formalmente reconhecidas pelo Código Civil Brasileiro de 1916, enquanto pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos. Compreendem, segundo o art.16, I - “As sociedades civis,

religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações”. As ONGs, dessa forma, poderão escolher o registro legal seja de sociedades civis (ou associações, a lei usa as duas expressões transitivamente), seja de fundações - o que é menos frequente (LANDIM,1998).

A forte e crescente presença de entidades do Terceiro Setor em ações sociais pode ser explicada, pelo fato de a sociedade civil organizada enfrentar dificuldades por falta de novas definições metodológicas em relação ao diagnóstico e ao planejamento da comunicação. Uma visão a partir dos públicos (e não dos instrumentos) parece ser extremamente útil para posicionar estas questões sob uma ótica humanista e verdadeiramente interessada na participação ampla e democrática (HENRIQUES, 2007, p.13). Tal preocupação pode ser observada em alguns produtos de comunicação da CPT, como por exemplo, na sanfoninha, que se utiliza do cotidiano e da linguagem do trabalhador rural a fim de conseguir passar a sua mensagem.

Em 2003, em função das campanhas contra o trabalho escravo empreendido pela própria CPT e da pressão imposta pelo Comitê dos Expertos da OIT (Organização Internacional do Trabalho), pela Comissão interamericana da OEA (Organização dos Estados Americanos) e sob cobranças da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), se estabelece um Plano Nacional de Erradicação e a denúncia ao trabalho escravo ganha consistência e se converte numa luta pelo Brasil afora, que faz com que o caráter naturalizado ou mesmo cultural imposto aos indivíduos escravizados, enquanto condição de tratamento desumano e degradante, tanto para sociedade como para eles próprios, pudesse ser profundamente revisto. Em 2003, aumentou consideravelmente o número de reportagens e discursos oficiais sobre o problema no país e, por parte do governo, expressões tais como trabalho forçado ou semiescravo, foram substituídas simplesmente por trabalho escravo (REZENDE, 2003).

O resultado dessa nova abordagem é o início de um processo que se reflete na libertação de um grande número de trabalhadores em situação de escravidão. Graças às evidências adquiridas por intermédio da fiscalização, a condição análoga de trabalho escravo tomou forma mediante lei aprovada em dezembro de 2003, ao estabelecer formalmente as figuras que definem essa condição: negação da liberdade do trabalhador (o trabalho forçado) e violação da sua dignidade (o trabalho degradante). Com essa conquista no campo judicial esses critérios passam a configurar no arcabouço legal, isto

é, está tipificado como crime e descrito no artigo 149 do Código Penal Brasileiro - CPB. Dentro da estratégia organizacional da rede de combate ao trabalho escravo, existe uma relação de nomes designada como “lista suja”. Trata-se do Cadastro de Empregadores da Portaria Interministerial, regulado pela Portaria 02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), criado pelo Governo Federal, em novembro de 2003, com o objetivo de dar transparência às ações do poder público no combate ao trabalho escravo. A relação traz os empregadores flagrados com esse tipo de mão de obra e que tiveram oportunidade de se defender em primeira e segunda instância administrativa, antes de ser confirmado o conjunto de autuações que configuraram condições análogas às de escravo (ONG REPÓRTER BRASIL, 2005).

A lista suja contribui para que as empresas signatárias do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo verifiquem, por meio de consulta, se determinada propriedade está na relação e, assim, excluam esta da lista de fornecedores. Segundo a ONG Repórter Brasil (2005) até o Pacto Nacional ser criado, o sistema de combate ao trabalho escravo não havia envolvido o setor empresarial. A ONG afirma que os estudos de cadeia produtiva e o Pacto Nacional tornaram possível o combate à escravidão através do seu viés comercial. E que, com eles, a sociedade pode atingir quem lucra restringindo a liberdade de outros. A inclusão na lista só é possível após o esgotamento de todos os recursos contra a própria fiscalização e o prazo de permanência na lista é de no mínimo dois anos e a saída após esse prazo só é efetivada no caso do cumprimento de todas as obrigações ligadas às infrações anteriores e não for atestada reincidência. A lista é atualizada semestralmente pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), podendo haver a exclusão e/ou inclusão de novos nomes. No mês de julho do ano de 2014 a listagem sofreu alterações, com 91 novos nomes incluídos e 48, excluídos, entre pessoas jurídicas e físicas, ficando na lista suja, exatos 609 nomes (VICENTE, 2014).⁴

Para o mês de abril do corrente ano, a lista passou a ter mais 19 empregados incluídos na lista suja pelo Ministério da Economia, desde 1995, quase 56 mil pessoas foram resgatadas no país.

⁴ Reportagem pela ONG Repórter Brasil <https://reporterbrasil.org.br/2021/04/pec/uarista-que-vende-gado-para-grandes-frigorificos-entra-na-lista-suja-do-trabalho-escravo/> acesso em 18/04/2021.

Com os 19 empregados incluídos no cadastro, responsáveis por submeter 231 trabalhadores a condição análogo à escravo, a lista suja agora 92 integrantes que exploraram 1.736 pessoas.

A sanfoninha, como já descrita anteriormente, é um material impresso dobrado em várias partes, que através de uma história em quadrinhos (HQ), descreve situações comuns entre os trabalhadores escravizados, e os incentiva a denunciar o trabalho escravo, como também prevenir outros trabalhadores de se submeterem ao trabalho em situação análoga à escravidão. Consta-se aqui, a compreensão da CPT de que as estratégias comunicacionais da Campanha precisam atuar no campo da dialogicidade, se apropriando do contexto sociocultural do seu interlocutor (o trabalhador), sem invasão cultural, sem imposição de valores desconhecidos por eles, por compreender que a “comunicação adequada à mobilização social é, antes de tudo, dialógica, libertadora e educativa” (HENRIQUES, 2007, p. 25).

De acordo com Plassat (2011), a primeira versão da sanfoninha foi produzida no ano de 1998. Desde então ela é reproduzida e atualizada a cada ano. O material, segundo ele, foi uma criação coletiva, que nasceu das discussões da Coordenação da Campanha acerca da necessidade de um instrumento simples, com informações básicas, destinado a um trabalhador em situação vulnerável, geralmente analfabeto ou com baixo grau de instrução, sendo esta a principal justificativa para o uso da história em quadrinhos, permitindo que o trabalhador tenha condições de se identificar, mesmo se conseguir ler, como este trabalhador iludido e escravizado. Plassat (2011) explica também que, o formato da sanfoninha foi inspirado em um material publicitário, com formato de cartão telefônico, que trazia um espelho na capa e informações na parte interna. [...] trazia até 2009, um calendário do ano no lugar do espelho, mas que para evitar o vencimento antecipado da edição, o espelho foi substituído por uma mensagem e um desenho. Ressalta-se aqui, que a comunicação não se faz necessariamente com texto escrito; o uso de um desenho em um material destinado a um público com grande incidência de analfabetismo (trabalhadores rurais) agrega muito a ele, visto que é capaz de produzir sentidos para os interlocutores, principalmente quando se considera “o contexto sociocultural em que estes estão inseridos” (FRANÇA, 2002).

Sobre a forma como a sanfoninha é distribuída aos trabalhadores, explica-se que esse trabalho é feito por membros da CPT, sindicatos, associações parceiras, por alguns fiscais

do trabalho e dos próprios trabalhadores que, muitas vezes pedem para seus colegas. Segundo ele, todas as equipes da Campanha recebem uma quantidade suficiente para seu trabalho e de seus parceiros regionais; essa distribuição é feita de mão em mão, mediante uma conversa de quem entrega. Para a obtenção desse e outros tipos de informação referentes à Campanha, utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, por meio da qual, buscou-se verificar, dentre os membros da CPT e organizadores da Campanha, a percepção destes sobre as estratégias e os produtos de comunicação utilizados pela Campanha no trabalho de prevenção e combate ao trabalho escravo (PLASSAT, 2011).

Sobre a tiragem da sanfoninha, Plassat (2011) relata que entre os anos de 1999 e 2005, a sanfoninha tinha uma tiragem anual de 25 a 40.000 exemplares e, que em 2011, a média de tiragem já era de 100.000. Uma constatação de que a sanfoninha tem tido uma boa recepção do público de interesse, se demonstrando como uma boa estratégia da Campanha. O material é impresso numa gráfica em Curitiba-PR e ultimamente tem sido custeado com recursos oriundos de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), mas já houve cooperação por parte da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e de instituições religiosas.

A sanfoninha é um dos produtos da campanha com “excelente aceitação” do público. É o tipo de artigo que não vai para o lixo ou não é abandonado no chão; pela forma de distribuição personalizada e pelo conteúdo e utilidade evidente, e também o aspecto agradável e o material resistente, tem longa vida no bolso do trabalhador. Muitos denunciante se referem explicitamente à sanfoninha para explicar como chegaram até nosso escritório ou nosso telefone (PLASSAT, 2011).

4.2 Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB)

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Casmem Bascarán (CDVDH/CB), está localizado no município de Açailândia⁵, fundado em 1996 localizado no Oeste Maranhense⁶, possui localização estratégica⁷ para os projetos de desenvolvimento que foram implantados desde os anos 60, quando o local (emancipado nos anos 80) ainda fazia parte do município de Imperatriz. Possui reconhecimento tanto

⁵ Município ligado à capital maranhense, São Luís, através da BR-22

⁶ Classificação utilizada IBGE

⁷ Pelo município, cortam duas rodovias ferroviárias; e por isso é considerada um importante local para escoamento da produção econômica da Amazônia brasileira principalmente representado pelo minério de ferro (ou ferro gusa), exportado para Europa, Ásia e Estados Unidos.

nacional como internacional em função da sua ação nas denúncias e ações preventivas contra o trabalho contemporâneo e suas derivações. Instituição focada na defesa dos direitos humanos, a propagação da cidadania com o propósito de atingir uma finalidade, tornar ciente o trabalhador para que não (re) caia em situação de trabalho análogo ao de escravo.

Açailândia começa a ser povoada principalmente por migrantes⁸ nordestinos, a partir dos anos 60. Esses migrantes possuem características diferentes, isso porque primeiros eram agricultores advindos, em sua maioria, de Pernambuco, Pará e Ceará. Os outros eram médios proprietários naturais em grande parte de Minas Gerais e Bahia (CARNEIRO,1995).

Já na década de 1970, o que em sua gênese era uma área de pequenos produtores rurais passa a se transformar em latifúndio agropecuários. Então, os pequenos produtores perdem espaço para a indústria agropecuária e madeireira. Assim, “coexistindo com estas, mas em condição de difícil reprodução, estará agricultura camponesa assentada no trabalho familiar e ocupando ou arrendando pequenas parcelas de terra “. (CARNEIRO, 1997, p.228).

No decorrer dos anos 1970 e início dos anos 1980, Carneiro (1995) faz um levantamento relativo aos conflitos de terra desencadeados entre fazendeiros e posseiros, no período que segue. Desse modo, houve a comercialização de terras ocupadas, movimentos ‘limpeza das áreas’, e passagem mediada através das rodovias.

Açailândia, no ano de 1985, foi incluída como zona industrial do programa Grande Carajás, tornando-se assim, por definição institucional, áreas prioritárias para a implantação de empreendimentos industriais sob os auspícios do programa. (Carneiro,1995) sabemos que o grande atrativo dos empreendimentos industriais em se instalarem na região Amazônica se deu, entre tantos motivos, em função de inúmeras benefícios concedidos através do governo, como por exemplo imunidade tributária, aquisição de terra públicas, financiamentos, incentivos fiscais, entre outros.

⁸ Grupo predominante formado por trabalhadores não agrícolas e de migrantes com algum recurso, que se instalaram em Açailândia como comerciantes ou montaram pequenas serrarias. (CARNEIRO 1995)

Foi uma gama tão grande de benefícios⁹ o que tornaria quase impossível que os empreendimentos se instalassem em localidades diferentes. E acaba por cair uma dinâmica especulatória de terras – na verdade, dos grandes latifúndios-, em função da Estrada de Ferro Carajás.

A partir da criação do Polo Siderúrgico de Carajás¹⁰ desencadearam-se processos ambientais e sociais com a implantação da atividade carvoeira na região E são em carvoeira as primeiras denúncias de trabalho escravo em Açailândia, Maranhão, seguidas das fazendas de gado, principalmente na atividade econômica de limpeza do pasto para a plantação do capim; atividade chamada pelos trabalhadores de roço da juquirá¹¹.

As primeiras denúncias de que havia carvoarias em Açailândia que escravizavam trabalhadores ocorreram no início dos anos 90 e foram feitas por missionários católicos os que trabalhavam junto a pastorais sociais no município. O grupo, liderado pela missionária espanhola Carmen Bascáran¹², ficou tão indignado com as condições que presenciaram que fundaram, em 1996, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia.

Dessa forma, a entidade inicia sua trajetória com a reunião de pessoas que participavam de movimentos eclesiais de base, padres combonianos¹³ e lideranças de outros movimentos. Cerca de doze pessoas sentiram a necessidade de criar um

⁹ Licença para construção e operação de instalações portuárias; concessão de financiamentos para a exportação; autorização e registro de empréstimos externo; autorização e emissão de guia para importação de máquinas, equipamentos, aparelhos etc. (PINTO, 1982 apud CARNEIRO, 1989, p.155) além de incentivos tributários através da inserção dos Imposto de Renda pelo prazo de 10 anos; isenção dos impostos de Importação sobre Produtos Industrializados, incidente sobre produtos sem similar nacional

¹⁰ “Uma das regiões mais desmatadas e violenta da Amazônia, Carajás – que engloba parte do Pará, do Maranhão e do Tocantins -, teve um crescimento explosivo nas últimas décadas, desde que o governo decidiu, nos anos 80, transformar a região em polo de produção de ferro. (...) Daquela época em diante, as áreas desmatadas aumentaram significativamente, e a produção de ferro gusa – matéria – prima do aço – também, puxada por uma demanda do mercado externo.” Relatório Greenpeace, 2012, p.03.

¹¹ Juquirá é um tipo de mato alto e grosso, que apresenta dificuldades para o corte.

¹² Uma das fundadoras do Centro de Defesa de Açailândia; Carmen Bascáran atuou por mais de 15 anos no movimento social no Maranhão e voltou para a Espanha em 2009, quando a equipe da entidade em reconhecimento ao seu trabalho, incluiu seu nome na nomenclatura, agora chamado oficialmente de Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia – Carmen Bascáran

¹³ Missionários Combonianos é uma comunidade missionária da Igreja Católica Romana fundada por São Daniel Comboni. No Brasil os Missionários Combonianos chegaram em 1952. As primeiras missões abertas no Maranhão (município de Balsas) e no Espírito Santo, onde realizaram inúmeras obras: construindo escolas, igrejas, e um grande seminário em Ibirajú (ES). Depois de 50 anos os combonianos são cerca de 130 atuando em 20 dioceses no Brasil e organizados em dois grupos: um no Nordeste, com sede em São Luís, e outro no Sul, com sede em São Paulo. Dentre suas prioridades estão pastorais com os povos indígenas; pastoral com os povos afrodescendente; promoção da justiça, paz e integração da criação; animação missionária e promoção vocacional. (fonte:www.com-bonianos.org.br)

órgão/instituição para tratar a questão dos trabalhadores que sobreviviam do trabalho em carvoaria. A proximidade da cidade de Açailândia com as carvoarias torna possível a formação de uma rede a partir da identificação de sujeitos coletivos e de situações sistêmicas antagônicas a serem combatidas e transformadas.

No tocante ao enfretamento do trabalho escravo, o CDVDH/CB realiza suas ações com o apoio de vários órgãos, entre eles a CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Araguaína e Marabá e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Com a visibilidade alcançada pelo trabalho realizado ao longo dos anos, outros vínculos se foram como o Repórter Brasil, a CRT (Superintendência Regional do Trabalho), procuradores, juízes, promotores, Grupos Móvel de Fiscalização, PF (Policia Federal), MPT (Ministério Público do Trabalho) e MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). O apoio Internacional permitiu uma ampliação das redes de relações de apoio.

Com a criação do Centro e o início dos trabalhadores em 1997, foram criadas equipes de trabalho, com quatro frentes: trabalho escravo, violência contra a mulher, registro de crianças e adolescentes, e a conscientização dos direitos humanos na comunidade. O trabalho foi desenvolvido a partir de atendimentos e reuniões. As quatro equipes funcionaram de 1997 ate julho de 1998. Depois permaneceram as de trabalho escravo e as de conscientização nos bairros. A aparada nas outras equipes se deveu aos surgimentos e/ou à atuação de outras instituições que “dividiram o trabalho” com CDVBH/CB, como por exemplo, os Conselhos Tutelares. E a percepção de que a equipe não teria condições de atender a extensa demanda de problemas.

O CDVDH/CB, em sua estrutura institucional possui um modo de atuação voltado para as situações de repressão, prevenção e inserção. No caso da repressão, o atendimento é feito através da assessoria jurídica. O trabalhador se dirige ao centro e realiza a denúncia, seja ela referente a questões do trabalho escravo ou a qualquer violação de direitos. Os atendentes do CDVDH/CB preenchem uma ficha/formulário com a denúncia, classificam a denúncia e encaminham-na para o órgão competente. A assessoria jurídica coordena as ações referentes à área da repressão. Concomitantemente, há o trabalho do Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia Maranhense um projeto em parceria com a Secretaria, de Direitos Humanos da Presidência da República, com o objetivo de fortalecer os atendimentos com uma equipe de advogados e assistência social

gratuita para vítimas ou vulneráveis à prática de trabalho escravo, tortura, conflitos trabalhistas conflitos familiares, dentre outros.

A atuação passou a ocorrer na sede do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, nos Centros Comunitários da Vila Ildemar, da Vila Bom Jardim, da Vila Capelloza e através de atividades itinerantes de jornadas jurídicas populares, através da orientação e conscientização sobre os direitos e a conciliação, nos mesmos moldes do mesmo trabalho realizado pelo então denominado Balcão de Direitos¹⁴, havendo mudanças somente na nomenclatura.

No eixo da repressão, também se inserem conferências, publicações e mobilizações: combate à corrupção política e administrativa; conferências internacionais sobre o trabalho escravo; criação de novos Centros de Defesa – em Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas, onde foram proferidas as primeiras sentenças jurídicas contra crimes de trabalho escravo no Maranhão; participação na elaboração do Plano Estadual Erradicação do Trabalho Escravo; construção FOREM (Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão); luta e obtenção da instalação da Defensoria Pública na cidade de Açailândia; publicação do Atlas Político Jurídico do Trabalho Escravo no Maranhão¹⁵

O eixo da inserção é desenvolvido através dos programas para os trabalhadores egressos do trabalho escravo, seja para o aprendizado de um novo ofício, como, por exemplo, o trabalho realizado pela Cooperativa para Dignidade do Maranhão (CODIGMA), seja para participação em processo de alfabetização, como ocorreu com um programa desenvolvido pela instituição no ano de 2007, denominado PROALFA, para alfabetizar jovens, adultos e idosos resgatados do trabalho escravo contemporâneo ou em risco de aliciamento. O atendimento social às famílias também é um componente da inserção, quando são realizados trabalhos de identificação das famílias e de suas dificuldades (saúde, alimentação), para depois serem encaminhados pelo Centro.

A CODIGMA (Cooperativa para a Dignidade do Maranhão), baseada na economia solidária, inicia suas atividades no ano de 2005 contemplando o eixo da inserção, através

¹⁴ O Trabalho de Balcão de Direitos, consistia na assessoria jurídica e social destinada às comunidades com advogados, assistentes sociais e estagiários. Financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ou seja, corrobora a informação da equidade das atividades exercidas entre o Balcão de Direitos e o Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia Maranhense.

¹⁵ Publicação de 2011 do CDVDH/CB, financiada pela CRS-Brasil (Catholic Relief Services) com informações provenientes da jornada do Centro de Defesa.

da geração de emprego e renda. A Cooperativa surge com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, da Secretaria de Trabalho, da Cáritas, do Ministério Público do Trabalho e do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). O critério utilizado para seleção dos trabalhadores é estar em situação de risco e / ou ter sido resgatado do trabalho análogo ao de escravo.

Desde as primeiras denúncias encaminhadas ao MTE (Ministério Público do Trabalho e Emprego), a equipe do Centro inicia um contato direto com os trabalhadores que estavam sendo explorados. Além de acompanhar toda a fiscalização do MPE e os seus desdobramentos, como o pagamento de verbas rescisórias e seguro desemprego, além de danos morais individuais e coletivos, os representantes do movimento social passaram a promover atividades de sensibilização e prevenção junto aos trabalhadores rurais da região sobre a questão do trabalho escravo e, assim, começaram a formar laços de reciprocidade e confiança junto a esses grupos, que se fortaleceram se consolidaram e perduram até os dias atuais.

4.3 A ARCA FM

A Associação Rádio Comunitária de Açailândia (Arca FM) está atualmente instalada no Bairro Vila Ildemar, cidade de Açailândia, interior do estado do Maranhão. A Arca FM tem 19 anos de atividades como rádio efetivamente comunitária, mas só há 10 atua regulamentada pelo Ministério das Comunicações.

A rádio comunitária iniciou suas atividades em 24 de abril de 1998. Apoiada por entidades, associações e principalmente pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH), órgão responsável pela iniciativa de fundação da rádio e pela busca da outorga, a emissora já nasceu comprometida com o combate ao aliciamento de pessoas para o trabalho análogo ao de escravo na região.

A cidade de Açailândia é conhecida como a “cidade de aço” pelos seus grandes empreendimentos do setor siderúrgico. Mas da rica fonte de minérios também brota uma fonte de mão-de-obra para o trabalho escravo em várias partes do país. Segundo a publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI, entre 2002 e 2004, a cidade era a terceira colocada em números de casos de trabalho escravo de todo o território nacional. O bairro Vila Ildemar, local onde fica a emissora de rádio, é um dos mais populosos do município e é foco do aliciamento de mão

de obra para o trabalho escravo na região (principalmente na produção de carvão para siderúrgicas e atividades de grande exploração em fazendas) e em outros estados.

Durante o processo de regulamentação, a Arca FM passou por diversos entraves burocráticos, uma vez que desenvolve a comunicação independente e trabalha a temática do trabalho escravo, o que incomodou na região e o que, de certa forma, justifica o processo de nove anos para a liberação da concessão da emissora (SILVA; MOURA, 2011, p. 7).

Ainda em seus primeiros anos de funcionamento, a emissora comprometeu-se com a formação de jovens através de cursos em Comunicação Comunitária. Como bem lembra a militante espanhola Carmen Bascáran (missionária comboniana que, por homenagem a seu engajamento, teve seu nome dado ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia), o povo precisava de voz: “não uma voz qualquer, mas uma voz com qualidade”. O ideal de capacitar novos radialistas para assumirem o espaço de comunicadores dentro da emissora nascia ali.

Em parceria com o Padre Nonato, que integrava a Pastoral da Comunicação de Imperatriz (MA), cidade vizinha, deu-se início aos primeiros cursos de capacitação em comunicação radiofônica e comunitária para jovens do município de Açailândia. Ali mesmo, no centro da cidade, tomava corpo o sonho de um meio de comunicação que “pudesse ser voz dos que não têm voz”.

Desde sua fundação, já foram mais 600 jovens contemplados através das atividades desenvolvidas pela emissora. Ocorreram cursos de “Locução e Jornalismo Comunitário”, “Entendendo a Mídia” e “Comunicar Para o Mundo”, oferecidos em parceria com a ONG nacional Repórter Brasil. Outros cursos de Rádio foram desenvolvidos, em parceria com o Centro de Defesa, nos municípios vizinhos São Francisco do Brejão, Bom Jesus das Selvas e no Assentamento Califórnia.

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas pela rádio estava relacionada com a necessidade de se conseguir uma numerosa quantidade de documentos, até então desconhecidos pelos próprios cartórios da região. As exigências da legislação da época eram novas para os órgãos que estavam responsáveis para emitir os documentos solicitados pelo Ministério das Comunicações.

Mesmo sem a outorga do Ministério das Comunicações, a Arca FM iniciou suas atividades e já dispo de equipamentos para funcionar, ali mesmo, nas instalações do Centro de Defesa, a rádio decide ir ao ar sem a liberação dos órgãos regulamentadores. Antônio Filho, militante na luta pela emissora e membro-fundador da Arca, explica que a decisão de estar no ar era também motivada por ser uma das formas de se demonstrar resistência ao que parecia mais um “cessar voz” por parte das autoridades:

Como forma de resistência, assim que a gente deu entrada na documentação da rádio em Brasília, até por orientação do movimento nacional das rádios comunitárias [...] logo que conseguimos formar a documentação e fundar a associação, em seguida nós decidimos colocar a rádio no ar com uma programação feita por jovens e adolescentes. (Trecho de entrevista concedida por Antonio Filho para Rosiane Silva, 2011)

Durante o período em que funcionou sem outorga, foi por três vezes autuada. Nas primeiras e segundas vezes em que foi notificada pela Polícia Federal (PF), a emissora foi fechada e teve todos os seus equipamentos lacrados. Apesar disso, a associação realizou assembleias e reuniões com a comunidade e tomou decisão uníssona: rádio para ser rádio precisa estar no ar.

As várias intervenções causaram revoltas na população que foi às ruas da cidade para protestar pelo funcionamento da rádio. Apesar da presença dos órgãos regulamentadores e até da Polícia Federal durante as autuações, a comunidade não se deixou intimidar, fator que motivou a continuidade do grupo que buscava outorga e que o muniu de forças para pensar e manter formas de resistência. Fabrícia Carvalho, militante na luta pela Arca FM, ressalta esse apoio da população e credita a força do movimento ao engajamento da comunidade.

Após a terceira intervenção, a emissora passou um longo período fora do ar e, só em 2004, o Centro de Defesa conseguiu desarquivar a parte da primeira documentação enviada primeira vez (SILVA, 2011, p. 54). Mas logo foi preciso uma nova documentação, pois no centro da cidade outra emissora de baixa potência já havia recebido autorização para funcionar e as questões legais exigiram a revisão do projeto técnico. Era preciso deixar de funcionar no prédio do Centro de Defesa e ser deslocada para outro local.

A Rádio Esperança conseguiu, em 2006, a autorização para ir ao ar no centro da cidade e não era possível, conforme as exigências do Ministério das Comunicações, duas emissoras de baixa potência atuarem no mesmo raio de abrangência.

Mas a mudança de localidade no projeto técnico, sua saída do Centro de Defesa, centro da cidade, para o bairro Vila Ildemar, não foi encarada como uma perda. A liberação de outorga para funcionar num bairro em processo de formação nas áreas de periferia da cidade parecia coroar a luta da emissora, pois com aproximadamente 35 mil habitantes, a localidade não era assistida pelo governo municipal e, além disso, era ponto estratégico do aliciamento de pessoas para a exploração em trabalho escravo. A rádio parecia caminhar rumo ao encontro da sua verdadeira luta e motivo de ser.

Assim, em 13 de dezembro de 2006, a rádio comunitária é informada que consegue a autorização definitiva para funcionar, faltava agora esperar 90 dias para que se efetivasse o direito real de colocar sua programação no ar, e, pela primeira vez, a rádio vai ao ar legalizada em abril de 2007, com programação desenvolvida através do debate e participação da comunidade, livre de proselitismo político-partidário, religioso ou de qualquer outra natureza.

Inicialmente, na Vila Ildemar, a rádio não funcionou em um prédio próprio, mas em um espaço alugado pelo morador Pedro Araújo, que cedeu um espaço de sua própria residência por um baixo preço. Só após algum tempo e com o auxílio e doações de diversos membros do Centro de Defesa, outros colaboradores e prêmios que a emissora conseguiu ao divulgar seu trabalho, foi possível erguer um prédio próprio e definitivo para a Arca FM.

Toda a burocracia enfrentada pela rádio na busca pela regulamentação e autorização do Ministério das Comunicações é comum a muitas emissoras de fato comunitárias em todo o Brasil. O que aparentemente pode ser visto como um caso à parte, uma exceção, parece ter se tornado regra à maioria dos veículos que estão engajados na luta para dar voz às comunidades.

A cidade de Açailândia-MA está localizada em um ponto estratégico para o desenvolvimento de projetos federais dos anos 60, para a exploração da Região Amazônica. Desde que foi incluída na zona agroindustrial do Programa Grande Carajás, a região tornou-se área prioritária para a implantação de empreendimentos industriais. O

município, que é cortado por duas rodovias e duas ferrovias, tornou-se importante área para o escoamento da produção do minério de ferro gusa, exportado para países da Europa e da Ásia e para os Estados Unidos (MOURA, 2016, p. 89). Todos esses benefícios fizeram da região a melhor alternativa para a instalação de grandes empreendimentos, que consequentemente trouxeram grandes impactos ambientais e socioeconômicos.

A missionária e fundadora do Centro de Defesa, Carmen Bascáran, ao comentar sobre esse momento da cidade de Açailândia, lembra que a pobreza extrema e o desrespeito aos direitos básicos da vida no município contrastavam com o “ver passar caminhões e caminhões, riquezas e riquezas” extraídas da região sem qualquer preocupação com as pessoas que deveriam ser alcançadas por todo esse processo de desenvolvimento local do qual tanto se falava.

A partir da criação do Pólo Siderúrgico de Carajás, desencadearam-se processos ambientais e sociais com a implantação da atividade carvoeira na região. E são em carvoarias as primeiras denúncias de trabalho escravo em Açailândia, Maranhão, seguidas das fazendas de gado, principalmente na atividade econômica de limpeza do pasto para a plantação do capim; atividade chamada pelos trabalhadores de roço de juquirá (MOURA, 2016, p. 91)

Bascáran comenta que a temática do trabalho escravo não nasce, a priori, com o Centro, mas aos poucos ela começa a chegar à equipe e a chamar a atenção deles. A missionária espanhola relembra o dia em que dois homens, os senhores Antônio Deusdete e Francisco, procuram o prédio da entidade e começam a contar suas histórias. De início ela e os demais membros do Centro perceberam que algo precisava ser feito. A equipe decidiu tomar conhecimento da situação de trabalhadores duramente explorados em atividades desgastantes, situações que desrespeitavam e colocavam em risco a vida. A equipe então tomou emprestado o carro dos padres combonianos e dirigiu-se até as carvoarias.

Assim, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran (CDVDH/CB) iniciou suas atividades de combate ao trabalho escravo na região de Açailândia, uma temática que, a partir dali, estaria ligada cada vez mais à missão da entidade.

Mas a ação despertou a oposição e ameaças ao CDVDH/CB. Percebeu-se a necessidade de um meio de comunicação que tratasse do combate ao trabalho escravo e

que combatesse a investida de outros grupos na tentativa de desacreditar a atividade da entidade. Surgia, assim, a luta pela Associação Rádio Comunitária Açailândia. Nascia a Arca FM.

Desde sua fundação, a Arca FM tem desenvolvido parcerias que possam auxiliar na divulgação do trabalho escravo em Açailândia, um tema que, segundo Trombela¹⁴, só foi tratado primeira vez em Açailândia e região pela emissora comunitária, revelando assim seu papel precursor no combate ao aliciamento de pessoas para a exploração humana.

Assim, a Arca FM desenvolvia suas campanhas informando sobre condições de trabalho aceitáveis e dignas, informando sobre a maliciosa forma de aliciamento e as falsas promessas de emprego prometidas e esclarecendo à comunidade sobre seus deveres e direitos.

4.4 O Programa Escravo, Nem Pensar! (ENP)

O Escravo, Nem Pensar!, da ONG Repórter Brasil, foi fundado em 2004 e é o único programa nacional dedicado à prevenção do trabalho escravo. Com a missão de diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravo e de escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação.

Difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e de trabalho escravo contemporâneo como forma de combater essas violações de direitos humanos e promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo e tráfico de pessoas são objetivos principais do Programa.

De acordo com a Repórter Brasil, mais de 100 municípios em oito estados brasileiros já foram beneficiados com o projeto, que já alcançou mais de 60 mil pessoas. Já o portal Repórter Brasil foi criado em 2001 pela ONG, com o intuito de levar à sociedade brasileira reflexões acerca da violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. O portal de notícias produz reportagens de cunho investigativo sobre as práticas de exploração, violações à dignidade humana e questões socioambientais no país, além de disponibilizar textos escritos por educadores, pesquisadores e cientistas sociais sobre a violação dos direitos humanos.

Em 2003, após diversas ações sobre o trabalho escravo, a Repórter Brasil se tornou representante da sociedade civil na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), consolidando o seu papel de agente social no combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. Desde então, a organização tem se dedicado a produzir reportagens a respeito dessa violação aos direitos humanos, além de realizar projetos, como o “Escravo, Nem Pensar!” , entre outras ações, se tornando um ícone na luta contra a escravidão atual.

O Escravo, Nem Pensar! atua como projeto de prevenção em locais de maior concentração de casos de trabalho escravo e altos índices de aliciamento de trabalhadores para situação de exploração. O programa tem abrangência nacional e já alcançou mais de 465 municípios de 11 estados brasileiros.

A ação, realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, teve como objetivo promover a discussão sobre o tema trabalho escravo e assuntos correlatos, com a migração, tráfico de pessoas e trabalho infantil, na rede estadual de ensino do Maranhão. No total, foram atingidas 227.900 pessoas sobre trabalho escravo, por meio do desenvolvimento de projetos educacionais em 271 escolas de 72 municípios maranhenses. As atividades educativas aconteceram, em 2018, em escolas gerenciadas pelas Unidades Regionais de Educação de São Luís, Bacabal, Barra do Corda, Presidente Dutra, Timon, Viana e Zé Doca. Na primeira etapa, realizada em 2015 e 2016, mais de 130 mil pessoas foram impactadas, dentre alunos, professores e pessoas de comunidade extraescolar. O projeto contou com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O projeto Escravo, Nem Pensar! no Maranhão – 2019/2020¹⁶ tem como objetivo prevenir a ocorrência do trabalho escravo no estado, por meio da realização de projetos educacionais sobre o trabalho escravo nas escolas das redes estadual e municipais de ensino. Nesta, que é a 3ª edição do projeto no estado, a meta é envolver 481 unidades escolares em 86 municípios maranhenses. Nesta etapa serão formados gestores e técnicos pedagógicos das Unidades Regionais de Educação (URE) Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Rosário e São Luís. As UREs são unidades descentralizadas da Secretaria de Estado de Educação (Seduc). Com

¹⁶ Dados na página Escravo, Nem Pensar! <https://escravonempensar.org.br>, acessado em 19/04/2021

exceção de São Luís, as demais UREs participantes são as únicas que ainda não haviam sido contempladas pelo projeto ENP! nas duas edições anteriores.

O projeto envolverá também as redes municipais de ensino de Açailândia, Pindaré-Mirim, Monção e Santa Luzia, além das UREs Açailândia e Santa Inês, vinculadas à Seduc. Esses municípios, pertencentes à região sudoeste do Maranhão, foram escolhidos por apresentarem altos índices de vulnerabilidade socioeconômica e registros de aliciamento e trabalho escravo. A iniciativa é fruto do apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT) e conta com a parceria da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, a COETRAE-MA, por meio Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão.

Na tabela abaixo, apresentamos os municípios da Baixada Maranhense que já foram contemplados com o Programa e os que ainda não tiveram formação. Dos 21 municípios da região, 14 já tiveram contato com o projeto de prevenção ao trabalho escravo, como pode ser observado:

Presença e ausência de formação do ENP na Baixada Maranhense	
Município	Ações do Programa “Escravo, Nem Pensar!”
Pinheiro	Não
Viana	Sim
Monção	Sim
São Bento	Sim
Santa Helena	Não
Penalva	Sim
Vitória do Mearim	Sim
Arari	Sim
Anajatuba	Não
Pedro do Rosário	Não
Matinha	Sim
São Vivente Ferrer	Sim
São João Batista	Sim

Fonte: Site Programa Escravo, Nem Pensar!

Palmeirândia	Sim
Cajari	Sim
Presidente Sarney	Não
Conceição do Lago-Açu	Sim
Peri-Mirim	Não
Olinda Nova do Maranhão	Sim
Igarapé do Meio	Sim

4.5 O Movimento Humanos Direitos (MHuD)

O MHuD (Movimento Humanos Direitos) inicia sua trajetória no dia 5 de dezembro de 2002, após um e-mail que o ator brasileiro Marcos Winter enviou ao padre Ricardo Rezende¹⁷, conhecido por sua atuação na luta contra o trabalho escravo no norte do Brasil. Desde a fundação, o MHuD foi pensado como estratégia para fortalecer o trabalho desenvolvido por entidades que apoiam causas sociais. Em janeiro de 2003, o movimento se apresenta para a sociedade como uma ONG (Organização Não Governamental) comprometida em utilizar a imagem de artistas para tornar públicas as denúncias de crimes cometidos contra os direitos humanos.

Trata-se de uma organização não governamental que realiza projetos e programas de proteção aos direitos humanos. O MHuD diferencia-se de outras entidades porque reúne militantes com trajetórias profissionais variadas – artistas, jornalistas, cineastas, professores, fotógrafos, religiosos e outros. Ao longo desses anos, o grupo age em cooperação com outras organizações, promove e incentiva o debate público e a reflexão sobre o tema dos direitos fundamentais. Suas ações concentram-se em quatro eixos prioritários: erradicação do trabalho escravo, exploração sexual infantil, demarcação das terras indígenas e dos territórios quilombolas e ações socioambientais.

As atividades da ONG tiveram início em janeiro de 2003, período em que os participantes realizaram gratuitamente o espetáculo chamado “Rio Maria, canto da terra”, um show baseado no livro de memória do Padre Ricardo Rezende (2008). O evento foi realizado no Circo Voador, Rio de Janeiro, e contou com a participação de cantores como Djavan, que juntamente com Chico Buarque, Caetano Veloso, Flávio Venturini, Wagner

¹⁷ Ricardo Rezende é padre, antropólogo e professor da UFRJ. Mestre e Doutor na questão do trabalho escravo no Brasil.

Tisso e Lobão, colocaram sua visibilidade à disposição da luta contra a impunidade no campo, especialmente no Sul do Pará.

Em 2006, foi criado o site do movimento (www.humanosdireitos.org) como estratégia para distribuir informações sobre os direitos fundamentais. Três meses após a criação do site, o MHuD adotou um canal no youtube chamado Humanos Direitos. Em 2012, o movimento criou a página no Facebook conheça o MHuD. Todas essas ferramentas são utilizadas como estratégias que permitem o acesso a assuntos sobre a violação dos direitos humanos no país.

Segundo Henriques (2007) a comunicação é um importante instrumento para auxiliar o movimento social no processo de transformação da realidade e, conseqüentemente, da sociedade. É neste sentido que acreditamos que embora o desenvolvimento da internet tenha contribuído bastante para a divulgação do trabalho realizado por instituições envolvidas com os direitos humanos, ainda assim é necessário fortalecer o debate sobre a cobertura midiática de temas relacionados ao trabalho escravo contemporâneo.

Os movimentos nas instituições dominantes da mídia global são de escala tectônica. (...) o poder da mídia contemporânea e a debilitação correlativa e progressiva dos governos nacionais em controlar o fluxo de palavras, imagens e dados dentro de suas fronteiras são profundamente significantes e indiscutíveis. É um traço fundamental da cultura da mídia contemporânea (HENRIQUES, 2007, p.18)

No site do MHuD são compartilhados principalmente conteúdos informativos, como reportagens, entrevistas, comentários, cartas, abaixo-assinados, eventos, publicação de livros. Quando se trata do tema trabalho escravo, boa parte do material exposto na plataforma é produzida por outras organizações, logo, o Movimento se estabelece como um elo de interlocução do assunto na sociedade. Neste espaço, são compartilhados materiais produzidos por órgãos governamentais e não governamentais envolvidos na erradicação do trabalho escravo, como Repórter Brasil, CPT, Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo), MPF (Ministério Público Federal), MPT (Ministério Público do Trabalho), entre outros.

A CPT é responsável pela construção e articulação de uma rede de entidades engajadas na prevenção e no combate ao trabalho escravo e à capacitação de multiplicadores, como a formação do Fórum Nacional contra a Violência no Campo

(1991); a construção de parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos da Açailândia- CDVDH/CD (1997), a organização não governamental Repórter Brasil, na produção de informações e dados, e na realização de programas preventivos, como o Programa “ Escravo, Nem Pensar!” e capacitação de agentes associativos, professores, agentes pastorais, lideranças sindicais nos municípios mais atingidos pelo problema. (SILVA, 2014, p.30)

Causas essas, como as denúncias sobre as questões ou situações de trabalhadores análogas à de escravidão contemporânea, que, segundo Silva (2014, p.30) a campanha tem, desde o seu início, como ações prioritárias a denúncia e divulgação de casos concretos a partir de relatos de fugitivos colhidos principalmente no Ministério do Trabalho. Todavia, é notado que nas duas primeiras estratégias de comunicação mais utilizadas pela CPT, como a denúncia e as campanhas de prevenção, a questão do trabalho escravo apresenta as características principais das missões do órgão e estão relacionadas com ações pontuais, como oficinas de formação de agentes para trabalho de prevenção e combate a essa prática e aproveitamento dos espaços públicos, como eventos, e da mídia para publicização do problema. A CPT busca junto com algumas entidades organizar projetos sobre o trabalho escravo, como o Programa ‘Escravo, Nem pensar!’ com a ONG Repórter Brasil, e a campanha nacional ‘De olho aberto para não virar escravo’, iniciada pela equipe da CPT Nacional e demais parceiros, em 1997. Esta campanha é apoiada em material didático, como de sensibilização, voltado para os trabalhadores em situação vulnerável; de orientação para monitores da campanha, além de divulgação para opinião pública na sociedade em geral. É nessa relação com outras entidades ou redes que trabalham em prol da erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil que a CPT e o MHuD procuram pautar a grande mídia e ocupar, assim, a opinião pública. Como aponta Henriques (2007), existe uma mobilização social entre as entidades. Para ele, se constitui num processo pelo qual se convoca pessoas ou grupos a lutarem juntos, em consenso, em busca de alcançar um objetivo comum a todos eles, seja para conquistar melhorias à comunidade em que vivem, seja para mudar a realidade da comunidade.

As estratégias de comunicação mais utilizadas pelo MHuD para pautar o assunto na mídia foram abaixo-assinados, Campanha Somos Livres¹⁸, veiculadas na televisão e nos sites, divulgação do assunto em entrevistas e participação dos artistas e ativistas em

¹⁸ A iniciativa foi criada pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e tem o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT).

reuniões no congresso. A PEC 438¹⁹ foi destacada como o assunto de maior relevância no site.

Durante o processo que antecedeu a aprovação da PEC do Trabalho Escravo, alguns artistas do MHuD foram para diversas reuniões no Congresso Nacional manifestar contra a redução do conceito. Toda essa exposição contribuiu para que o assunto não deixasse de entrar na pauta do poder público. Por mais que apresentemos uma legislação exemplar, isso não significa que nós conseguimos eliminar o problema. Na teoria, estávamos bastante subsidiados, entretanto, o contexto político no qual estamos inseridos atualmente retrocede cada dia mais, pondo em risco os direitos conquistados ao longo de tantos anos.

Apesar de as políticas públicas de combate ao trabalho escravo serem reconhecidas internacionalmente, e do avanço que significou a aprovação da PEC 438, alguns parlamentares brasileiros defendem argumentos que simbolizam o retrocesso. Na tentativa de modificar o conceito de trabalho escravo, a bancada ruralista fere o que diz o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 149²⁰ que considera trabalho escravo qualquer atividade cujas condições do trabalhador atentem contra a dignidade humana.

O sucesso na aprovação da PEC 438 está relacionado diretamente ao trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais. O mapeamento revela que para a aprovação da PEC 438, os agentes do movimento social utilizaram estratégias de comunicação bastante diversificadas, como a participação em reuniões no congresso, eventos, entrevistas, abaixo-assinados, campanhas e compartilhamento de informações sobre a temática. Em entrevista disponibilizada no site do MHuD, Leonardo Sakamoto, presidente da ONG Repórter Brasil, destaca a importância do MHuD na rede de combate ao trabalho escravo no Brasil.

[...] O MHuD, na verdade tem sido uma das instituições mais importantes no combate ao trabalho escravo no Brasil, foi fundamental na aprovação da PEC do trabalho escravo, não só nesse momento final, mas em todo o processo de aprovação. Pós Unai, naquela

¹⁹ A proposta de emenda constitucional, aprovada em 2014 pelo Senado brasileiro, prevê a expropriação de terras onde for encontrada condição análoga a de trabalho escravo.

²⁰ Segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, há quatro fatores determinantes para a caracterização do trabalho escravo contemporâneo: condições degradantes de trabalho, que consistem em situações incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador; jornada exaustiva, condiz ao esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à saúde, até mesmo risco de vida, ao trabalhador; trabalho forçado, que é quando os trabalhadores são mantidos no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e/ou psicológicas.

corrente que levou a aprovação no primeiro turno na Câmara dos Deputados, na segunda corrente em 2012 que levou a aprovação também no segundo turno na Câmara. Durante esse intervalo de 8 anos onde ninguém ficou parado, foram tantas e tantas visitas, reuniões com deputados e senadores, que nos levou até a aprovação. Teve uma mobilização, levamos várias pessoas para o Congresso e o MHuD também. Até que ano passado (2014) conseguimos a aprovação no Senado Federal em dois turnos da proposta. Não dá hoje pra você pensar no combate ao trabalho escravo no Brasil sem a atuação do MHuD. (Trecho de entrevista com Leonardo Sakamoto, 2015).

4.6 A Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR TRABALHO)

A Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista²¹ (REMIR - Trabalho) foi criada em março de 2018 com o objetivo de acompanhar os desdobramentos da Reforma Trabalhista aprovada pelo Parlamento Brasileiro, em 2017. Reunidos na Unicamp (Universidade de Campinas), pesquisadores e pesquisadoras provenientes de várias regiões do país assumiram o compromisso de refletir, de forma crítica e sistemática, sobre os efeitos das mudanças na regulamentação do trabalho na vida de quem trabalha e no conjunto da sociedade e da economia.

As alterações na regulação do trabalho no Brasil não se restringem à lei 13.467/17. Elas compreendem a edição de sucessivas medidas provisórias por parte do Executivo; a proposição de diversos projetos de lei que aprofundam a flexibilização de direitos e modificam normas de saúde e segurança do trabalho; a orientação e atuação das instituições públicas estatais (Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho), devido às alterações materiais e processuais promovidas; a atuação dos sindicatos, dos empregadores e a dinâmica da negociação coletiva.

Desde sua origem, a Remir é uma rede interdisciplinar, que reúne economistas, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, educadores, profissionais do direito, que têm desenvolvido pesquisas inéditas sobre os impactos jurídicos, econômicos, políticos e sociais da reforma, procurando, ao mesmo tempo, intervir no debate público.

Em agosto de 2018, a rede reuniu-se na Universidade Federal da Bahia para organizar sua estrutura de funcionamento e coordenar suas atividades, articulando-se aos diferentes

²¹ Informações tiradas da <https://eco.unicamp.br/remir/index.php/histórico> acesso 18/04/2021

grupos de pesquisa que participam da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). As diretrizes ali definidas orientaram a produção dos primeiros dados das pesquisas em desenvolvimento, que foram apresentados publicamente no seminário um ano de vigência da reforma trabalhista: efeitos e perspectivas, organizado pelo Ministério Público do Trabalho em novembro de 2018. Os resultados²² das pesquisas foram publicados em: KREIN.J.D, FILGUEIRAS.V. VERAS.R.O. Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas/Brasília.

Em agosto de 2019, a Remir realizou seu I Workshop, com a participação de instituições responsáveis pela produção de dados relativos ao mercado de trabalho brasileiro, como o Dieese e o IBGE, além do Ministério Público do Trabalho. A parceria com essas instituições é fundamental para possibilitar a análise dos impactos acima mencionados, bem como para viabilizar a construção de indicadores capazes de apreender a nova realidade do trabalho no Brasil.

Em 2020, a Remir iniciou pesquisas para avaliar os impactos da pandemia COVID-19, acompanhando o mercado de trabalho, as proposições do governo e das instituições públicas de regulação do trabalho. Nesse sentido, vem realizando ações visando a contribuir para o debate público do trabalho no país.

ETAPA 2:

Definir o contexto da Baixada Maranhense, traçar o perfil dos públicos da Campanha e listar as rádios comunitárias.

4.7 Perfil dos públicos

Em uma perspectiva regional, já direcionando para a área em que estudamos, os municípios da Baixada Maranhense, seguem a lógica da exportação e da utilização da mão de obra em seu território. Dos 8.119 trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão entre os anos de 2003 a 2018, um quantitativo de 935 das vítimas declararam serem naturais ou domiciliados de um dos 21 municípios dessa microrregião.

A microrregião se estende por mais de vinte mil quilômetros quadrados e abrange 21 municípios. As principais atividades desenvolvidas nessas regiões são a agricultura,

²² A primeira publicação da REMIR tem como objetivo trazer ao grande público resultados de investigações realizadas por seus integrantes a partir de fontes secundárias, com análise e construção de indicadores a partir de dados pré-existentes (como a RAIS, o CAGED e a PNADC)

subsistência, principalmente do arroz e milho. Essa atividade se constitui uma importante fonte de renda para os pequenos agricultores, pois geralmente atendem ao abastecimento de municípios vizinhos. A produção pecuária, em especial a pecuária bovina de corte, é outra atividade muito importante dessa região, assim como os produtos de origem animal, tais como o leite, ovos de galinha e o mel de abelha. Outra atividade que caracteriza o desenvolvimento econômico nessa região é o extrativismo vegetal, sendo mais pontuado em alguns municípios da região. A renda proveniente dessa extração é mais assentada, pois além de abastecerem outros municípios do Maranhão ainda exportam para a região centro sul do país. Os principais produtos do extrativismo vegetal dessa região são o carvão vegetal, lenha, madeira em tora e babaçu; cita-se também como outras atividades que se constituem primordiais para a sobrevivência de muitos residentes dessa região que é a pesca; agricultura familiar e a criação de animais de grandes (exemplo búfalo) e/ou médio porte (IMESC, 2018; INCRA/ RAMT, 2018).

No que concerne ao trabalho escravo contemporâneo na região, notamos que os dados coletados e sistematizados, cruzados com as informações coletadas a partir das visitas de campo com os mediadores sociais, nos levam a crer que o baixo nível econômico dessa região, junto ao acentuado nível de pobreza que existe no interior dos bolsões maranhenses se molda como uma estrutura para que essa região seja propícia ao aliciamento de pessoas para a superexploração da sua força de trabalho (SOUSA; MOURA, 2020).

Percebemos que há uma predominância do sexo masculino, que no quesito faixa etária pairam entre os 18 e 29 anos, com um percentual bem acentuado em relação às demais. É importante perceber que são notificados, mesmo que minimamente, casos que envolvem vítimas menores de 18 anos. Aparecem também, só que em menores proporções, idades equivalentes a 50 a 60 anos. Em uma perspectiva de gênero, segundo os dados coletados nesses quatro municípios, pelo menos 9 mulheres no decorrer de 2003 a 2018 foram encontradas em regime de escravidão, sendo 5 naturais de Santa Helena e 4 naturais do município de Pinheiro, que intercalavam suas idades na faixa etária entre 19 e 39 anos.

No que tange aos municípios estudados nessa pesquisa, observamos que no município de Pinheiro (107 trabalhadores), entre os quatro municípios analisados, é a mais latente em números de trabalhadores de naturalidade dessa região que foram vítimas

do trabalho escravo, seguidos do município de Santa Helena (105 trabalhadores), Penalva (54) e Viana (30). A economia na Baixada Maranhense é caracterizada pela economia familiar, através da roça de subsistência e através dos programas de transferência de renda do governo federal como o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural.

O trabalho temporário em outras localidades é utilizado como uma forma de complementação da renda familiar, essa estratégia é muitas vezes utilizada pelos chefes de família como um modo de subsidiar e manter a própria reprodução camponesa. Essas migrações acontecem sazonalmente e são protagonizadas majoritariamente por jovens das comunidades, inclusive lideranças locais. O tempo de migrar e de voltar para seus locais de origem tem forte ligação com os ciclos agrícolas e os festejos religiosos. São mencionados relatos de trabalhadores que entraram e saíram de condições análogas à escravidão sem nunca terem sido resgatados pelos órgãos competentes de fiscalização.

Os canais de aliciamento para o trabalho escravo ainda são poucos conhecidos. Tanto a CPT quanto o MIQCB mencionaram a regularidade de trabalhadores saindo dessas regiões todas as sextas-feiras em ônibus lotado para trabalhar na construção civil, em São Paulo. Fazendo uma interface com as redes sociais de migração, percebemos uma pluralidade de atores sociais que são os mediadores no processo da migração (FAZITO, 2002). A migração em busca de trabalho, nesse sentido, está envolvida em redes familiares e de amigos desses trabalhadores. No entanto, alguns casos anteriormente referenciados nesse trabalho, colocam a dimensão que ainda existe a figura do “gato” a pessoa que recruta trabalhadores em seus locais de origem os prometendo bons salários e boas condições de trabalho, mas quando chegam no local referido acabam se deparando com condições subumanas de trabalho, o endividamento e a impossibilidade de deixar o local, em razão do isolamento geográfico. O fator regional no que se refere a imobilização da sua reprodução pelo não acesso à terra para plantar e nela produzir, os conflitos agrários e a falta de emprego nos seus locais de origem somam o rol que constitui as múltiplas vulnerabilidades que favorecem o aliciamento da mão de obra escrava. Algumas ações são pontuadas como importantes promotoras para a conscientização sobre o trabalho escravo no campo maranhense, como também estratégias são utilizadas para firmar a permanência desses trabalhadores em suas regiões. O MIQCB menciona o desenvolvimento de um projeto que envolve a produção agroecologia no qual o principal objetivo deles é diversificar a produção e envolver a juventude nesse processo para que esses não precisem migrar em busca de trabalho, ou seja, essa é uma das estratégias utilizadas para que essa juventude permaneça no território.

O fato é que em busca de melhores condições de vida, homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, acabam se submetendo ao aliciamento para o trabalho escravo. O analfabetismo, semianalfabetíssimo e a baixa escolaridade são comuns a grande parte dos trabalhadores rurais do país. Dentre os trabalhadores já resgatados, estes índices são altíssimos. O analfabetismo pode ser explicado, como mencionado por Flávia Moura, no livro Trabalho Escravo e Mídia: Olhares de Trabalhadores Rurais Maranhenses (2016), devido ao abandono escolar ou a impossibilidade de adentrar a escola no decorrer da vida. Fatores como a distância entre o lar desses trabalhadores e as escolas, a naturalização do abandono por parte desses trabalhadores e sua rede familiar e comunitária, além do abandono para o trabalho na roça, devido à necessidade (ESTERCI, 1994), exemplificam o porquê dos altos índices de analfabetismo dentre estes sujeitos.

O trabalho escravo na atualidade está intimamente ligado à educação e à economia, isto é, à falta de educação escolar de qualidade e à falta de emprego a estes trabalhadores. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT – Brasil) sobre educação, dentre os trabalhadores rurais, 30% são analfabetos, 66,6% são analfabetos funcionais. Dentre os aliciadores, os dados sobre educação não muito diferentes, mas conforme os dados da OIT, a maioria destes tem a escolaridade extremamente baixa, a maioria está até a 4^a/5^a série.

Em geral, as vítimas do trabalho escravo contemporâneo na Baixada Maranhense afirmam que a falta de emprego, de qualificação e educação adequada, o não acesso à terra e as condições de vida precárias são os principais motivos que os obrigam a migrar e realizar trabalhos degradantes e humilhantes para suprir as necessidades das suas famílias, diante de todos os levantamentos aqui apresentados, a campanha foi pensada nesse público vulnerável a essas mazelas a quais são submetidos.

Professores, estudiosos, voluntários, lideranças locais, autoridades do Estado também compõem o público dessa campanha.

Na primeira etapa, foram produzidos *spots* para distribuição para rádios comerciais e comunitárias da Baixada Maranhense e *podcasts* para circular entre os comunicadores e lideranças comunitárias da região por intermédio do WhatsApp.

Num segundo momento, serão produzidas peças audiovisuais disponibilizadas num canal no Youtube e o público além de trabalhadores e trabalhadoras rurais da Baixada Maranhense e lideranças comunitárias da região, também serão formadores de opinião,

como professores, agentes comunitários, participantes da rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão e demais interessados no assunto.

4.8 Breve mapeamento de emissoras de rádio na Baixada Maranhense (Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Viana)

Para iniciar o mapeamento das emissoras de rádio na região, foi feito um breve levantamento sobre a lista de emissoras de rádio concessionadas pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) no estado do Maranhão. Ao contar o número de 79 no total, selecionou-se quais correspondem a cada município foco na pesquisa. Em relação ao município de Pinheiro, encontramos as rádios Cultura FM (105.9 MHz), Pericumã FM (105.1 MHz), Pinheiro FM (103.3 MHz) e Rádio Verdes Campos (90.9 MHz). Em Viana, a Rádio Maracu FM (93.3 MHz) e, em Santa Helena, a Rádio Turiaçu (106.3 MHz).

- **Rádio Cultura FM(Pinheiro);**
- **Pericumã FM (Pinheiro);**
- **Pinheiro FM(Pinheiro);**
- **Radio Verdes Campos (Pinheiro);**
- **Rádio Maracu FM (Viana);**
- **Rádio Turiaçu (Santa Helena).**

Este primeiro levantamento será complementado pelo grupo de pesquisa com as rádios comunitárias e rádios web presentes na região da Baixada Maranhense, e mais prioritariamente com alcance nesses quatro municípios, para que a distribuição aconteça a partir de maio de 2021. Até o fechamento deste relatório de projeto experimental, não foi possível realizar o mapeamento completo, que será desenvolvido no decorrer do lançamento da campanha na região.

ETAPA 3:

4.9 Produção da Campanha: *spots* e *podcasts*, concepção do *slogan*, *marca* e distribuição do material

Para elaboração dos *spots* e *podcast*, o grupo de pesquisa fez discussões online via rede social WhatsApp e plataforma Google Meet devido ao distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

A produção da campanha começou com as discussões de dados recolhidos em planos de trabalho de iniciação científica, coordenados pela professora Flávia de Almeida Moura, entre 2019 e 2020, que subsidiaram a construção dos textos e a tentativa de adequação da linguagem aos públicos.

Diante desse novo cenário de distanciamento social, também foram feitos contatos informais e entrevistas com agentes da CPT (Comissão Pastoral da Terra) na Baixada Maranhense.

Após várias discussões no grupo de pesquisa e de orientações de professores especialistas em rádio e televisão, como os professores Ed Wilson Ferreira Araújo e Márcio Monteiro, chegamos aos principais produtos da campanha: dois *podcasts* e quatro *spots* de 30 segundos para veiculação em rádios.

Um *podcast*, de aproximadamente 3 minutos, traz um relato de caso de trabalhadores que migraram para outras regiões do Brasil e foram submetidos às condições de trabalho escravo. A história foi inspirada em relatos do movimento social em entrevistas anteriores. O outro *podcast*, de pouco mais de dois minutos, fala sobre a atuação da CPT na região.

Já os quatro *spots* de 30 segundos tratam do conceito de trabalho escravo, de aliciamento, de denúncia e de orientações sobre trabalho digno e violação de direitos humanos. Os roteiros de todos os materiais produzidos, bem como o link de acesso e outras informações da campanha podem ser encontrados nos Apêndices.

A redação dos roteiros, produção, gravação e edição dos materiais foram desenvolvidas pelos integrantes do grupo de pesquisa, com apoio do Laboratório de Rádio da UFMA. A edição foi feita por Saylon Sousa, técnico do laboratório, e todo o trabalho coordenado e supervisionado pela professora orientadora deste trabalho, Flávia de Almeida Moura. A minha participação foi na elaboração dos roteiros e produção dos materiais.

FICHA TÉCNICA:

A descrição básica usada na Ficha Técnica da Produção: Podcast e Spots

-Gravação em formato mp3

-Edição feita no Adobe Audition CC

-Trilha de uso livre (extraída do pacote de trilhas do PT)

CRÉDITOS DA CAMPANHA:

Coordenação: Flávia de Almeida Moura

Produção: Duda Neves

Roteiros e Locução: Sâmia Martins, Rosana de Oliveira, Kaio Lima e Thyago Pereira

O *slogan* da campanha “Trabalho Certo: Mesmo na Precisão, não Caia na Escravidão” também foi concebido de forma coletiva, junto ao grupo de pesquisa. Após muitos debates sobre a linguagem dos trabalhadores rurais da Baixada Maranhense, chegou-se a um consenso sobre as denominações utilizadas visando informar de modo claro e objetivo.

Para elaboração da identidade visual e a marca da campanha, foi convidado o estudante Cristian Santos Sena, graduando em Design-UFMA, do 6º período, que se integrou ao grupo. O mesmo participou de reuniões via Google Meet, com todos os alunos pesquisadores do projeto e a coordenadora, onde cada um através do conhecimento do Designer, foram estabelecidos elementos para criação da mesma, dentro dos arcabouços teóricos levantados durante o desenvolvimento da pesquisa.

A apresentação da identidade visual foi realizada com palavras-chave: Trabalhador; Rural; Migração; Baixada Maranhense. A tipografia usada na palavra “Brasileiro” foi feita através de uma análise de centenas de letreiros feitos à mão, encontrados em diversas cidades brasileiras, numa tentativa de traduzir o impacto dessa cultura visual popular em uma tipografia digital. Foi desenhada em 1999 por Crystian Cruz e lançada ao público, em 2003, como fonte grátis. Foram usadas 10 paletas de cores com suas respectivas representatividades dentro do contexto da campanha.

A logomarca da identidade visual da campanha “Trabalho Certo”, tem como principal objetivo contar, através dos trabalhadores da Baixada Maranhense que, ainda nos dias atuais, caem em situações de trabalho análogo a escravidão. De um lado do globo há casas, família, cores, céu azul. Já do outro lado, só há tijolos, palha seca e um céu cinza. O trabalhador jovem, com sua mochila nas costas, se desloca do lado colorido para um lado cinzento, deixando sua família, terra natal, as paisagens familiares. Em busca de emprego, ele deseja ter poder de consumir, mas é enganado pelo gato e acaba por cair numa fria.

Destaca-se a representação das principais ferramentas de trabalho, a enxada e a foice simbolizando tanto o trabalho rural quanto o da construção civil. Tijolos e palha na

cor vermelha fazem referência a movimentos de luta por direitos trabalhistas e a tipografia vernacular busca essa conexão com o que é popular ou comum ao povo.

Num primeiro momento, a distribuição dos materiais da campanha já com a identidade visual será feita em rádios comerciais e comunitárias da Baixada Maranhense, no formato de *spots*, e *podcasts* para circularem entre os comunicadores e lideranças comunitárias da região por intermédio do WhatsApp. Já as peças de audiovisual, que serão produzidas numa segunda etapa da pesquisa, serão disponibilizadas pelo canal da campanha no Youtube.

5. Considerações finais

O trabalho escravo contemporâneo é realidade na vida de milhares de brasileiros, sobretudo aqueles que vivem no campo. Este deve ser encarado enquanto uma problemática de violação social que tem como protagonistas sujeitos de segmentos sociais excluídos e menos favorecidos socialmente e que, em sua maioria, estão imersos em uma dimensão territorial de pobreza, de risco e violência social. O Brasil já avançou muito no que diz respeito ao combate ao trabalho escravo, no entanto algumas estratégias de prevenção ainda não são identificadas com precisão em algumas localidades que apresentam grande incidências de trabalhadores que são aliciados para o trabalho escravo, tal como vimos anteriormente no que diz respeito aos municípios da Baixada Maranhense.

É de fundamental importância que as estratégias de combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil, e em particular no Maranhão, como as ações de repressão que visam à eficácia da lei e combate à impunidade, sejam deferidas para aquela população que mais a necessita, que são aquelas que estão sem acesso a bens e serviços essenciais para a sua sobrevivência, o que as torna mais vulneráveis a entrar no ciclo da escravidão contemporânea. Deve-se ter mais ações de prevenção voltadas para o conhecimento da realidade, sensibilização, capacitação e medidas estruturantes, que visem a erradicação dessa superexploração da força de trabalho.

A aproximação com o projeto de pesquisa “Comunicação, Migração e Trabalho Escravo Contemporâneo: trajetórias de trabalhadores (as) rurais da Baixada Maranhense” se colocou como um processo de grande contribuição da minha vida acadêmica, principalmente no que diz respeito à produção científica. No decorrer desses anos de trabalho, a vivência no grupo de pesquisa me proporcionou pensar em novas formas de ver o objeto de estudo. Destaco também a grande contribuição do grupo no desencadeamento da desmitificação da ideia da “dificuldade de fazer pesquisa” e me mostraram que o processo de construção da pesquisa é um trabalho árduo, mas que este também pode ser leve, agradável e prazeroso.

Todo trabalho realizado durante a pesquisa some a todos os avanços realizados até agora pelo Brasil no combate a erradicação do trabalho escravo, que seja uma prioridade nacional, que as entidades governamentais e não-governamentais se fortaleçam cada vez mais em uma ação coordenada de esforços nos avanços de uma rede de proteção social e

na criação de oportunidades de geração de renda e trabalho decente, integrando medidas preventivas com rigorosas aplicações da lei.

Em virtude dos fatos mencionados, percebemos que a escravidão contemporânea é uma realidade que está presente na sociedade e que se apresenta mais latente na região maranhense. Esse, que é considerado um problema social de graves violações a dignidade humana, tem como protagonistas sujeitos de segmentos sociais excluídos e menos favorecidos socialmente e que, em sua maioria, estão imersos em uma dimensão territorial de pobreza, de risco e violência social.

No contexto da Baixada Maranhense vemos que nenhum dos municípios que fazem parte dessa região está isento dessa problemática, incluído até caso de exploração da força de trabalho em seus territórios. Em particular, podemos constatar a presença de 206 trabalhadores que foram inseridos em condições análogos à escravidão, que são naturais dos municípios de Pinheiro, Penalva, Santa Helena e Viana. As vítimas regatadas do trabalho escravo contemporâneo dessa região são predominantemente do sexo masculino, não excluindo também a presença de mulheres vítimas desse tipo de exploração, mesmo que em menor percentual. A idade dos (as) trabalhadores (as) naturais desses municípios variam entre 18 a 60 anos sendo seu percentual maior na faixa etária de 18 a 29 anos. As atividades desempenhadas por esses (as) trabalhadores (as) no momento do resgate nos mostram que as que mais aparecem são as que não necessitam de um aparato técnico e tecnológico muito elevado, que tem predominância ainda do trabalho manual e que não necessitam de um elevado grau de qualificação.

O perfil encontrado nos remete ao trabalhador (a) rural que está inserido em um contexto de pobreza estrutural, que é próprio desse modelo social excludente, com privação de direitos sociais básicos como, por exemplo, o uso da terra que dificulta as possibilidades de sua reprodução social e de sua família. Dessa forma impelidos de determinarem suas rendas acabam migrando para outras localidades em busca de melhores condições de emprego. Tal cenário favorece a submissão do trabalhador em condição análoga à de escravo, haja vista que o mesmo já se encontra em situação de vulnerabilidade social. Por essa razão é preciso entender a migração não como um processo que parte pura e simplesmente de uma escolha pessoal e individual, e sim que ele acontece dentro de um contexto histórico, cultural e econômico no qual os indivíduos encontram-se inseridos, considerando-se que são, muitas vezes, as determinações de

privações econômicas e sociais que os obrigam a saírem de seus municípios de origem na busca de sobrevivência.

Neste sentido, realizar esta campanha de sensibilização é uma forma da universidade chegar mais perto da sociedade e contribuir na promoção da transformação social.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Memória, mediação e campesinato. As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. - Manaus: Edições UEA, 2010.

ESTERCI, Neide. Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FERRERAS, Norberto O. O Brasil e o trabalho análogo à escravidão: a questão das migrações. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.11, 2016, p.27

HALL, Stuart, El trabajo de la representació. IN Sin garantías: Thyctorias y problemáticas em estúdios culturales. PERU/Colombia/Ecuador, 2010.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 13;18;34

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos efeito de socialização/Bernard Lahire. Educ. Pesqui., São Paulo, V.41, n, especial, p. 1393-1404, dez,2015

LANDIM, Leilah. (Org.) Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

MOURA, Flávia de Almeida. Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). EDUFMA. São Luís, 2009.

MOURA, Flavia de Almeida. Migração e Trabalho: a busca pela sobrevivência de camponeses brasileiros e angolanos. Relatório pós-doutorado, UFRJ, 2018.

MOURA, Flávia. Trabalho Escravo e Mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses. EDUFMA. São Luís, 2016.

POLLAK, Michael, Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro,1992

SILVA, Antônio Paiva. Análise das Estratégias de Comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 2014. 73f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

THOMPSON, Jonh B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis RJ: Vozes, 2016.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 3 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra 2002.

APÊNDICES

PODCAST 01 - RELATO DE CASO

LINK:

<https://soundcloud.com/rosanadeoliveira/podcast-01-relato-de-caso>

PODCAST 02 - CPT BAIXADA

LINK:

<https://soundcloud.com/rosanadeoliveira/podcast-02-cpt-baixada>

SPOT 0001 - CONCEITO TRABALHO ESCRAVO

LINK:

<https://soundcloud.com/rosanadeoliveira/spot-0001-conceito-trabalho-escravo>

SPOT 0002 - ALICIAMENTO TRABALHO ESCRAVO

LINK:

<https://soundcloud.com/rosanadeoliveira/spot-0002-aliciamento-trabalho-escravo>

SPOT 0003 - DENÚNCIA TRABALHO ESCRAVO

LINK:

<https://soundcloud.com/rosanadeoliveira/spot-0003-denuncia-trabalho-e>

SPOT 0004 - CONCEITO TRABALHO DIGNO

LINK:

<https://soundcloud.com/rosanadeoliveira/spot-0004-conceito-trabalho-digno>

APRESENTAÇÃO DE CONCEITO, MARCA/ IDENTIDADE VISUAL DA CAMPANHA

LINK:

<https://drive.google.com/file/d/1-trmmYjD3TzLofx2IY21gbOzcAvdCSfG/view?usp=sharing>

ROTEIROS DOS MATERIAIS DA CAMPANHA

PEÇA: Podcast / 2'

TÍTULO: Atuação da CPT na Baixada Maranhense

ROTEIRO: Maria Eduarda Neves

TÉCNICA	LOCUÇÃO
<p>BG</p> <p>CORTINA MUSICAL</p>	<p>LOC1: EI! VOCÊ SABE O QUE É O TRABALHO ESCRAVO? NÃO? ENTÃO, BORA ENTENDER.//</p> <p>LOC2: É ESCRAVIDÃO QUANDO O TRABALHADOR, MUITAS VEZES DA ZONA RURAL, TEM OS SEUS DIREITOS BÁSICOS DESRESPEITADOS//</p> <p>LOC1: SOFRE MAUS TRATOS E AMEAÇAS, NÃO RECEBE ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E FICA PRESO AO TRABALHO POR DÍVIDAS INJUSTAS.//</p> <p>LOC2: MUITOS TRABALHADORES QUE SÃO RESGATADOS NESSA SITUAÇÃO SÃO DE MUNICÍPIOS DA BAIXADA MARANHENSE.//</p> <p>LOC1: ORGANIZAÇÕES COMO A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT, ATUAM NESSA REGIÃO NO COMBATE E PREVENÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO//</p> <p>LOC2: A CPT TEM UM COMPROMISSO COM A LUTA PELA TERRA E PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES RURAIS.//</p>

<p>DESCE BG</p> <p>SONORA CARLA PEREIRA/CPT D.I.: (00:08) NOSSA ATUAÇÃO NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO... D.F.: (00:30) ...PERMANECER NO LUGAR ONDE ESTÃO AS SUAS RAÍZES, SUAS ANCESTRALIDADES./</p> <p>CORTINA MUSICAL</p> <p>BG</p>	<p>LOC1: E COMBATE A ESCRAVIDÃO PELA CAMPANHA “DE OLHO ABERTO PARA NÃO VIRAR ESCRAVO” //</p> <p>LOC2: NESSA CAMPANHA É DISTRIBUÍDO UM LIVRETO CHAMADO SANFONINHA, COM INFORMAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE ALICIAMENTO DOS TRABALHADORES, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO ESCRAVO E OS MEIOS DE DENÚNCIA//</p> <p>LOC1: A REPRESENTANTE DA CPT NA BAIXADA MARANHENSE, CARLA PEREIRA, EXPLICA COMO ELES ATUAM NO COMBATE À ESCRAVIDÃO NA REGIÃO.//</p> <p>LOC1: AGORA QUE VOCÊ JÁ SABE O QUE É TRABALHO ESCRAVO E CONHECE A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, SE JUNTE A NOSSA LUTA.//</p> <p>LOC2: SE VOCÊ É DA BAIXADA MARANHENSE E JÁ VIU UMA SITUAÇÃO DE TRABALHO</p>
---	--

<p>DESCE BG</p> <p>VINHETA (“Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão”) E CORTA</p>	<p>ESCRAVO, DENUNCIE PARA A CPT DA SUA REGIÃO OU DISQUE 100//</p>
--	---

PEÇA: Podcast 3’

TÍTULO: “Relato de caso”

ROTEIRO: Kaio Lima e Sâmia Martins

TÉCNICA	LOCUÇÃO
<p>BG</p>	<p>LOC1: JOSÉ E OUTRAS 25 PESSOAS FORAM DE ÔNIBUS TRABALHAR EM SANTA CATARINA NO CULTIVO DA CEBOLA//</p> <p>LOC2: OS JOVENS PARTIRAM COM A PROMESSA DE TRABALHAR POR 3 MESES COM CARTEIRA ASSINADA RECEBENDO DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS MENSAIS/ SE FOSSEM PARA A PRODUÇÃO, RECEBERIAM MAIS DE TRÊS MIL REAIS/ ATÉ A ALIMENTAÇÃO SERIA POR CONTA DO PATRÃO//</p> <p>LOC1: O ÔNIBUS NÃO PASSOU NAS BARREIRAS DA POLÍCIA E OS TRABALHADORES ALIMENTAVAM-SE APENAS COM BISCOITOS PARA ECONOMIZAR, PORQUE ERAM 5 DIAS DE VIAGEM/ AO CHEGAREM AO LOCAL DE TRABALHO, O PESADELO COMEÇOU//</p> <p>LOC2: DE INÍCIO, FORAM DESCONTADOS 300 REAIS DE</p>

ALIMENTAÇÃO E 530 DE PASSAGEM/ PARA OS TRABALHADORES NORDESTINOS, O SALÁRIO RECEBIDO ERA MENOR QUE O DOS CATARINENSES//

LOC1: NÃO HAVIA CARTEIRA ASSINADA/ O PAGAMENTO ERA DE ACORDO COM O QUE PRODUZIAM/ ELES SAÍAM DOS ALOJAMENTOS ÀS CINCO E MEIA DA MANHÃ E IAM TRABALHAR A PÉ OU PEGAVAM CARONA QUANDO CONSEGUÍAM.

LOC2: O ALMOÇO CHEGAVA FRIO, GUARDADO EM LATA DE LEITE EM PÓ/ SE CHOVESSE, NÃO RECEBIAM ALIMENTAÇÃO/ ÁGUA PARA BEBER, APENAS DO AÇUDE QUE TINHA VENENO PARA IRRIGAR AS CEBOLAS/ SE NÃO BEBEU É PORQUE NÃO TEM SEDE, DIZIA O PATRÃO//

LOC1: O ALOJAMENTO NÃO TINHA CADEIRAS, APENAS COLCHÕES MUITO PRÓXIMOS/ O TRABALHO ERA DE DOMINGO A DOMINGO, SEM PROTEÇÃO NEM CONTRA COVID//

LOC2: AS DORES NAS COSTAS ERAM CONSTANTES PELO AGACHAMENTO PARA PLANTAR CEBOLA/ E OS DEDOS FICAVAM TRAVADOS POR CAUSA FRIO/ PARA RESOLVER, ROUPAS FORAM COMPRADAS, MAS 200 REAIS FORAM DESCONTADOS DO PAGAMENTO DE CADA UM//

LOC1: TRABALHADORES DO CEARÁ CONSEGUÍAM FUGIR E DENUNCIARAM/ NEM TODOS FORAM RESGATADOS, PORQUE SABENDO DA DENÚNCIA, FORAM LEVADOS PRA OUTRO BARRACO/

<p>DESCE BG</p> <p>VINHETA (“Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão”)</p>	<p>POR CAUSA DA FISCALIZAÇÃO, O PATRÃO EXPULSOU OS TRABALHADORES E ELES FICARAM SEM ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO E SEM TER COMO RETORNAR AO MARANHÃO//</p> <p>LOC2: O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL MOBILIZOU A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E CONSEGUIU O RETORNO DOS TRABALHADORES/ QUEM FOI RESGATADO AINDA PÔDE LUTAR POR DIREITOS E RECEBER INDENIZAÇÃO, MAS OUTROS SÓ CONSEGUIRAM VOLTAR PRA CASA COM AJUDA DA FAMÍLIA E NÃO RECEBERAM NADA//</p> <p>LOC1: SE VOCÊ CONHECE CASOS COMO ESSE, DENUNCIE, DISQUE 100.</p>
--	---

PEÇA: Spot / 30”

TÍTULO: você já foi aliciado pelo gato?

ROTEIRO: Rosana de Oliveira

TÉCNICA	LOCUÇÃO
BG	<p>LOC1: EI, VOCÊ SABE QUEM É O GATO? NÃO? ENTÃO, BORA ENTENDER!</p> <p>LOC2: OS “GATOS” OU ENCARREGADOS FAZEM O</p>

<p>BG</p> <p>DESCE BG</p> <p>VINHETA (“Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão”)</p>	<p>ALICIAMENTO PARA TRABALHO ESCRAVO.</p> <p>LOC1: ALICIAMENTO É CONVENCER A PESSOA QUE ESTÁ PASSANDO NECESSIDADE A ACEITAR UM SERVIÇO QUE PARECE CERTO, MAS NO FINAL É ROUBADA.</p> <p>LOC2: NESSES CASOS, O TRABALHADOR É MAU TRATADO, E NÃO RECEBE O PAGAMENTO CERTO.</p> <p>LOC1: POR ISSO, FIQUE LIGADO! BUSQUE AJUDA NA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA OU DISQUE 100 PARA DENUNCIAR!</p>
--	---

PEÇA: Spot / 30’’

TÍTULO: Você sabe o que é trabalho escravo contemporâneo?

ROTEIRO: Maria Eduarda Neves

TÉCNICA	LOCUÇÃO
<p>BG</p>	<p>LOC1: EI! VOCÊ SABE O QUE É O TRABALHO ESCRAVO? NÃO? ENTÃO, BORA ENTENDER//</p>

<p>DESCE BG VINHETA (“Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão)</p>	<p>LOC2: QUANDO VOCÊ É CONTRATADO PARA UM SERVIÇO, MAS NÃO RECEBE PAGAMENTO OU GANHA MENOS DO QUE O COMBINADO/</p> <p>LOC1: TRABALHA SEM DESCANSO, NÃO TEM UM LUGAR DIREITO PARA DORMIR, NEM ÁGUA LIMPA PARA BEBER/</p> <p>LOC2: PAGA PELA SUA COMIDA E SOFRE AMEAÇAS DO SEU PATRÃO/</p> <p>LOC1: ISSO É ESCRAVIDÃO//</p> <p>LOC2: SE VOCÊ, SEU VIZINHO OU PARENTE ESTIVEREM PASSANDO POR UMA SITUAÇÃO DESSE TIPO, DENUNCIE, DISQUE 100//</p>
--	--

PEÇA: Spot / 30’’

TÍTULO: Você sabe o que é trabalho escravo contemporâneo?

ROTEIRO: Rosana Oliveira

TÉCNICA	LOCUÇÃO
BG	<p>LOC 1: EI, VOCÊ SABE QUE AINDA HOJE EXISTE TRABALHO ESCRAVO?</p>

<p>VINHETA (“Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão”)</p>	<p>LOC 2: MISERICÓRDIA! MAS COMO ISSO ACONTECE? E COMO EU DENUNCIO?</p> <p>LOC 1: SE VOCÊ SOUBER DE ALGUM CASO DE TRABALHO ESCRAVO, DENUNCIE PARA OS AGENTES DA COMISSÃO PATORAL DA TERRA/</p> <p>LOC 1: VOCÊ PODE IR ATÉ ELES, TELEFONAR OU MANDAR UM E-MAIL./</p> <p>LOC 1: DENUNCIE TAMBÉM PELO APLICATIVO MPT PARDAL OU DISQUE 100.</p>
--	---

Spot: 30’’

Tema: Você sabe o que é trabalho digno?

Roteiro: Maria Eduarda Neves Ramos

TÉCNICA	LOCUÇÃO
<p>BG</p>	<p>LOC1: EI, VOCÊ SABE O QUE É TRABALHO DIGNO? NÃO? ENTÃO, BORA ENTENDER!//</p> <p>LOC2: TRABALHO DIGNO É UM DIREITO DO SER HUMANO//</p> <p>LOC1: TODAS AS PESSOAS TÊM DIREITO A TRABALHAR EM UM LUGAR QUE GARANTA SALÁRIO JUSTO, SEGURANÇA, PROTEÇÃO E RESPEITO A SUA LIBERDADE.//</p>

LOC2: QUANDO
UM TRABALHADOR
NÃO RECEBE O SEU PAGAMENTO
CERTO, SOFRE AMEAÇAS, MAUS
TRATOS E NÃO TEM LIBERDADE,
ISSO É TRABALHO ESCRAVO.//

LOC1: NESSES CASOS,
DENUNCIE! DISQUE 100//

DESCE BG
VINHETA (“Trabalho Certo: mesmo na
precisão, não caia na escravidão”)

